

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE  
CAMPUS DE SOROCABA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

FERNANDO FREITAS DE ALMEIDA

**ASSENTAMENTO IRMÃ ALBERTA NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO**

Sorocaba  
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE  
CAMPUS DE SOROCABA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES

FERNANDO FREITAS DE ALMEIDA

**ASSENTAMENTO IRMÃ ALBERTA NA METROPOLE DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientação: Prof. Dra. Neusa de Fátima Mariano

Sorocaba  
2013

Almeida, Fernando Freitas de  
Assentamento Irmã Alberta na Metrópole de São Paulo / Fernando  
Freitas de Almeida. -- Sorocaba, 20133

80 f. : il. ; 28 cm

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia -  
UFSCar, *Campus* Sorocaba, 2013.

Orientador: Neusa de Fátima Mariano

Banca examinadora: Fernando Silveira Franco, Marcos de Oliveira  
Soares.

Bibliografia

1. Geografia Agrária. 2. Assentamentos Rurais. 3. Reforma Agrária.  
I. Título. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos.

CDD 910

FERNANDO FREITAS DE ALMEIDA

ASSENTAMENTO IRMÃ ALBERTA NA METROPOLE DE SÃO PAULO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Universidade Federal de São Carlos.

Sorocaba, 05 de Dezembro de 2013

Orientador(a)

---

Dra. Neusa de Fátima Mariano

UFSCar

Examinador(a)

---

Dr. Fernando Silveira Franco

UFSCar

Examinador(a)

---

Dr. Marcos de Oliveira Soares

UFSCar

*Dedico este TCC ao meu pai Idalino, a minha mãe Jesilda, meu irmão Ricardo, minha irmã Fernanda e ao meu primo Paulo e também a todos os acampados e assentados sujeitos fundamentais na luta por uma distribuição igualitária de terra no Brasil.*

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço à minha família, amigos, professores e aos moradores da Comuna Irmã Alberta, aos meus companheiros de curso e de militância no Centro Acadêmico de Geografia e aos membros do Diretório Acadêmico, aos amigos da primeira turma geografia da UFSCar que me acompanharam durante a graduação e aos que moraram comigo nesta jornada de 5 anos, na Moradia, na República Toca do Saci e na atual República Toca Raul e com certeza a pessoa que sem ela não teria acontecido esta pesquisa, orientadora, referência e amiga Neusa de Fátima Mariano.

## RESUMO

ALMEIDA, Fernando Freitas . *Assentamento Irmã Alberta na Metrópole de São Paulo*. Ano de 2013. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2013.

RESUMO: O trabalho buscou definir o conceito de camponês e campesinidade, sobretudo através da perspectiva da ordem moral camponesa, fez um breve resgate do histórico do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), realizou uma discussão no que se refere à ocupação como a forma mais efetiva e eficaz de resistência criada pelos camponeses frente ao avanço do agronegócio. Desenvolve-se uma análise da política de reforma agrária pós-redemocratização até o presente momento, chegando ao então conceito de Contra-Reforma Agrária. Diante de tal discussão trouxe a tona o debate sobre o objeto de estudo, Assentamento Irmã Alberta, localizado em São Paulo, evidenciando a sua organização, seu histórico e as contradições presentes em um assentamento rural na metrópole de São Paulo, finalizando com uma reflexão sobre o Estudo do Meio em Assentamentos Rurais enquanto método.

Palavras-chave: Geografia Agrária. Assentamentos Rurais. Reforma Agrária.

## RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo definir el concepto de campesino e campesinidad, sobre todo desde la perspectiva orden moral de los campesinos, dio una breve historia de la redención MST (Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra), mantuvo un debate sobre la ocupación como el más eficaz y eficiente de la resistencia creada por los campesinos contra el avance de los agronegocios. Desarrolla un análisis de la reforma agraria después de la democratización hasta la fecha, alcanzando el concepto entonces contrarreforma agraria. Frente a esta discusión planteó el debate sobre el objeto de estudio, El “Asentamiento Irmã Alberta”, ubicado en São Paulo, mostrando su organización, su historia y las contradicciones presentes en un asentamiento rural de la metrópoli de São Paulo, que termina con un Reflexión sobre el Estudio del Medio Ambiente en los asentamientos rurales, como método.

Palabras clave: **Geografía rural.** Asentamientos Rurales. Reforma Agraria.

## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Irmã Alberta junto com Senador Eduardo Suplicy no Ato de reafirmação de Assentamento por conta dos acampados. ....	48
Foto 2: Organização das louças do Figueira com bastante simplicidade. ....	50
Foto 3: Terço pendurado na parede da casa demonstrando sua religiosidade e ao lado uma foto da ocupação e uma campanha contra agrotóxicos demonstrando o lado militante do assentamento.....	51
Foto 4: Técnica utilizada para secar carne presente, sobretudo no meio rural.....	52
Foto 5: Lote do Figueira utilizando-se de lenha para cozinhar. ....	53
Foto 6: Construindo a casa em um lote em sistema de mutirão .....	57
Foto 7: Atividade de aniversário dos Sem Terrinhas no barracão da Educação. ....	62
Foto 8: Unidos da Lona preta em atividade política em 2009.....	63
Foto 9: Videiras plantadas em área de destinação coletiva .....	64
Foto 10: Abóbora produzida no lote de Figueira.....	65
Foto 11: Milho sendo produzido na área coletiva por Figueira.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Famílias Assentadas Previstas x Realizadas no Governo do Sarney no Brasil de 1985 a 1989.....	31
Tabela 2: Número de Famílias Assentadas Previstas x Realizadas no Governo do Collor no Brasil de 1990 a 1992.....	32
Tabela 3: Número de Famílias Assentadas Previstas x Realizadas no Governo do Itamar no Brasil de 1992 a 1995.....	32
Tabela 4: Número de Famílias Assentadas no Governo do Fernando Henrique Cardoso no Brasil de 1995 a 1998.....	35
Tabela 5: Número de Famílias Assentadas no Governo do Fernando Henrique Cardoso no Brasil de 1999 a 2002.....	35
Tabela 6: Número de Famílias Assentadas no Governo do Lula, no Brasil de 2003 a 2005...	37
Tabela 7: Número de Famílias Assentadas no Governo do Lula no Brasil em 2006.....	38
Tabela 8: Número de Famílias Assentadas no primeiro mandato do Governo do Lula no Brasil de 2003 a 2006.....	38
Tabela 9 : Número de Famílias Assentadas no Segundo mandato do Governo do Lula no Brasil de 2007 a 2010.....	41
Tabela 10 Número de Famílias Assentadas no Governo Dilma no Brasil em 2011.....	42
Tabela 11: Número de Famílias Assentadas no Governo Dilma no Brasil em 2012.....	42
Tabela 12: Número de ocupações e de famílias por regiões - 1988-2011.....	43
Tabela 13 Número De Assentamentos Rurais - 1979-2011 .....	43

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Mapa de Localização Assentamento Irmã Alberta no Município de São Paulo. ....	46
Mapa 2: Mapa da Comuna da Terra Irmã Alberta Fonte: FAU – Faculdade de Arquitetura da USP. 2007 Disponível: Monografia de Rosângela Santos, 2010. ....	60

## Sumário

1.	Introdução .....	12
2.	O Camponês, a campesinidade e a ordem moral camponesa .....	17
3.	Breve histórico do MST .....	22
4.	A ocupação como uma forma de resistência camponesa .....	27
5.	Reforma Agrária Brasileira: Luta camponesa .....	30
6.	Assentamento Irmã Alberta .....	44
7.	Assentamento Irmã Alberta e sua organização.....	59
8.	Estudo do Meio em Assentamentos Rurais .....	68
9.	Considerações finais .....	74
	Referências bibliográficas .....	77

## 1. Introdução

O objeto de estudo para a pesquisa aqui apresentada foi escolhido no final de 2009, já no primeiro ano de ingresso no curso de Licenciatura em Geografia, quando me identifiquei com o tema da questão agrária, sob orientação da Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano.

O contato anterior ao início da pesquisa e de diversas formas com o Assentamento Irmã Alberta em atividades e manifestações políticas proporcionaram a escolha do tema, que será apresentado neste trabalho de conclusão de curso.

Este contato inicial ocorreu muito antes ao meu interesse pela geografia e pela pesquisa, a partir da minha militância na época na PJ (Pastoral na Juventude) que começou no início dos anos 2000, e a aproximação quase inevitável a UEJ (União Estudantil de Jandira). Iniciou-se um contato com a ocupação, sobretudo por intermédio do Padre João Carlos Pacchin<sup>1</sup>, pois o mesmo fazia diversas campanhas para arrecadação de doações e levava em sua Perua branca até as ocupações da Grande São Paulo.

Estive presente diversas vezes no assentamento antes de iniciar a pesquisa, sendo duas vezes em 2008 em uma manifestação contra a instalação do aterro sanitário, além de uma romaria da PJ, e outras duas vezes 2009 na reafirmação de 3 anos do assentamento por conta e em um evento chamado IV Intercultural na Comuna Irmã Alberta. Assim nasceu minha relação com objeto de estudo e com os sujeitos do assentamento.

Cabe ressaltar que o mesmo será tratado como assentamento porque é assim que as famílias o chamam, porém os lotes ainda não foram regulamentados apesar de todo o tempo que as famílias estão produzindo na área; os lotes estão definidos e já teve um estudo topográfico realizado pelos próprios militantes.

Para dar início à discussão sobre a Comuna Irmã Alberta é preciso ter claro que existem, teoricamente diversas formas de entender o campesinato, as formas clássicas e as atuais, pois, conforme colocado por Feliciano (2006:13): "Para entrar neste debate é preciso compreender como se dão as relações de força e qual é o posicionamento político e ideológico de cada corrente teórica", as quais são apresentadas no decorrer do trabalho.

A questão agrária brasileira tem sido foco de debate no interior do estudo geográfico. A concentração fundiária nas mãos de poucos leva-nos à reflexão sobre a pouca terra nas mãos de muitos, ou seja, falta terra para a classe camponesa se reproduzir.

---

<sup>1</sup> Padre Pároco da CEB'S (Comunidade Eclesial de Base) São Francisco de Assis – Jandira - SP

É através das reivindicações dos movimentos sociais organizados no campo que uma ínfima reforma agrária tem sido realizada. E ela se realiza precariamente após ocupações dos movimentos sociais organizados, na forma de concessão de uso da terra na condição de assentamentos rurais.

Neste sentido o Estado cumpre duas funções contraditórias: se por um lado ele garante, mesmo que precariamente, o acesso à terra, através da implantação de assentamentos, por outro lado, ele aprofunda o direito à propriedade privada, aumentando a desigualdade fundiária no Brasil.

Feliciano (2009) em sua tese de Doutorado fala sobre o quanto no Brasil o direito à propriedade privada está enraizado, e tem como principal mecanismo de garantia desta propriedade, o próprio Estado. Este, não só garante o direito à propriedade como, a partir de suas políticas, mantém a burguesia como classe dominante, defendendo seus próprios interesses. Ainda em seu trabalho Feliciano fala sobre o que mais incomoda às oligarquias rurais: o questionamento dos camponeses com relação à propriedade privada e à consequente concentração fundiária.

A ação incômoda criada pelos camponeses, e a todo custo rejeitado pelas oligarquias rurais e suportada pelo Estado, não está na busca pelo direito ao trabalho livre e coletividade, mas sim no que está subjacente à sua necessidade de concretização: o questionamento do direito à propriedade privada da terra. (FELICIANO, 2009: 29-30)

Dentro desta perspectiva apresentada, grande parte das políticas públicas voltadas para o setor agrário e as ações tomadas pelo Governo para este fim, vai ao encontro dos interesses da burguesia, na figura dos latifundiários, que se confundem muitas vezes com os capitalistas urbanos, em que estes, por sua vez, só acumulam mais terras e capital, aprofundando as desigualdades sociais em todo território nacional.

Enquanto para os camponeses sobram as repressões, principalmente em momentos de conflitos de classe, nas ocupações e nas manifestações, o Estado serve de suporte para as injustiças cometidas no campo. Assim justifica, através de diversos mecanismos, a manutenção de uma realidade totalmente excludente.

A política de Reforma Agrária que tinha como intuito diminuir a má distribuição de terra no Brasil mostra-se ineficaz, pois, o que podemos observar é uma maior concentração de latifúndios na mão de poucas empresas, e os poucos avanços que ocorreram, principalmente

após a redemocratização do Brasil, tem sido realizados através de diversos conflitos, e muitas perdas, conforme Feliciano (2009).

Neste sentido a pesquisa também buscou entender que tipo de reforma agrária estava em pauta desde a redemocratização, e quantas e de qual forma esta política foi implantada no Brasil durante este período.

Porém o que nos interessa no momento, é a Assentamento Irmã Alberta, organizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), localizada na cidade de São Paulo, ou seja, no centro da maior metrópole brasileira. Cabe observar que estamos tratando aqui de Assentamento como forma de legitimar a forma como as famílias se reconhecem, pois sob o ponto de vista legal, não houve ainda a concessão de uso da terra do Estado para as famílias que se encontram, portanto, acampadas.

Neste sentido a pesquisa buscou refletir sobre as possíveis contradições de um assentamento em meio à metrópole paulistana, sobre quem são e como as famílias se entendem em meio a estas diversas contradições, que envolvem o campo e a cidade no bojo da política de não reforma agrária em que o país se encontra, e como será proposto adiante de contra reforma agrária.

Sendo assim, a pesquisa diante do contexto onde o assentamento está inserido, buscou entender como o assentamento convive com as pressões do mercado, tanto em relação à comercialização de produtos, quanto à proletarianização do homem do campo, enfrentando os problemas gerados pelo Assentamento não ser reconhecido pelo Estado como tal e com todas as suas potencialidades – econômica, política e social.

Outro ponto fundamental é a forma de organização do acampamento em Comuna da Terra, forma que o MST encontrou de organizar os assentamentos próximos a grandes centros e foi estudado por Delwek Matheus em seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) da UFJF (Universidade Federal de Juiz Fora ) em 2003.

A proposta de Comuna da Terra nasce da necessidade de absorver aquela população que veio do campo, mas através de processos migratórios se viram trabalhando ou desempregados nos grandes centros, porém sem identidade com o urbano.

Neste sentido, as lideranças do MST junto aos militantes viram a necessidade de criar assentamentos que atendessem estas pessoas, criando assim assentamentos mais próximos aos grandes centros urbanos, no raio de até 100 km, tendo em vista que muitos assentados com este perfil não se adaptavam a assentamento distante dos grandes centros.

Para tal, estas comunas como coloca Matheus (2003:45) teriam 5 elementos fundamentais: “o vínculo das pessoas com o trabalho, a propriedade social da terra, a produção agroecológica, a cooperação em diversos aspectos e o desenvolvimento das questões sociais básicas.” Características camponesas como será visto mais à frente.

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica e de demais documentos, tais como registros fotográficos e mapas. A pesquisa bibliográfica teve como foco, além do histórico da ocupação, a questão agrária, sobretudo brasileira. Também foi feito um levantamento bibliográfico referente a questões conceituais, como o próprio debate teórico sobre o conceito de campesinato e campesinidade. Neste sentido, fez-se pertinente a compreensão da história de movimentos sociais articulados no contexto agrário brasileiro.

O trabalho de campo contribuiu de forma bastante significativa, pois nos permitiu confrontar a teoria com a realidade, observando as condições de existência dos assentados, trazendo nova perspectivas para pesquisa.

A realização de entrevistas possibilitou um diálogo com os sujeitos atuantes – os assentados - resultando em um registro documental (registro da informação viva), que revelou o perfil das famílias assentadas, sua origem, a sua visão política e como elas se entendem dentro deste processo de luta pela reforma agrária.

Neste sentido, lançou-se mão da técnica de gravador e registro de relatos orais, em que o pesquisador, a partir de um roteiro previamente elaborado, conduz o diálogo.

Para exposição de tais registros realizados no campo de 27 de Dezembro de 2012, foram trocados os nomes dos assentados por nomes de árvores e plantas, por sugestão da própria assentada que “*no meu TCC eu coloquei nomes dos assentados de rosas por causa daquela frase do Che Guevara ‘Os poderosos podem matar uma, duas ou até três rosas, mas jamais poderão deter a primavera’*”. Roseira.

A linguagem visual é importante como registro e como documento, por isso, além dos relatos orais, foram feitas as fotografias aparecendo como instrumento que auxilia na análise da realidade contribuindo para o debate acerca da problemática posta. Da mesma forma, a representação cartográfica torna-se pertinente, e está na pesquisa na forma de um croqui feito pela FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) da USP indicando a organização espacial no interior do Assentamento e a produção das famílias, tanto quanto na forma de mapa, o qual eu produzi, indicando a localização do Assentamento Irmã Alberta.

Desta forma, a partir da compreensão do campesinato como classe social no interior do capitalismo, ao presente trabalho procura mostrar as contradições de uma realidade tal que

um assentamento rural – que se fez assentamento pelos camponeses - no centro da metrópole pode apresentar.

## 2. O Camponês, a campesinidade e a ordem moral camponesa

Como o trabalho está embasado sobre a concepção do campesinato como classe social no interior do capitalismo, é preciso, neste momento, apresentar as diversas teorias de abordagem sobre esta temática. Para tal foi utilizado, sobretudo a abordagem de Oliveira (1987), na qual o mesmo definiu três grandes correntes sendo, o fim do campesinato e a modernização dos latifúndios, a permanência das relações feudais e a criação e recriação do campesinato e do latifúndio; dentro desta ultima corrente, busca-se compreender a teoria de Campesinidade de Woortmann(1990) que melhor corresponde à realidade estudada.

Cabe ressaltar que o atual momento de desenvolvimento do capitalismo, trouxe a tona diversos conteúdos no campo, sobretudo os relacionados aos avanços da modernização da agroindústria e suas diversas estratégias, que em diversos momentos estão amparados por políticas publicas do Estado.

A primeira teoria a ser compreendida refere-se ao fim do camponês e modernização do latifúndio, em que se faz a análise da seguinte forma, em relação à modernização gerada pelo atual momento do desenvolvimento capitalista: o camponês pode se tornar vitima ou fruto do processo, ou seja, a ele teria dois caminhos - ou tornaria pequeno capitalista rural (camponeses ricos) ou assalariado.

Já em segundo cenário, os mesmos, além de se tornarem camponeses ricos, estariam plenamente inseridos no modo capitalista de produção. Neste contexto a mesmo modo de produção implantado pela indústria seria implantando na agricultura, ou seja, a relação não-capitalista representaria resíduos em vias de extinção, conforme explicado por Oliveira (1987).

Nesta perspectiva teórica que nasce da economia, sendo que a cada dia, um conjunto de geógrafos vem adotando, trata-se do conceito de “Rururbano” também conhecido como o “Novo Rural”, que defende que não tem como delimitar mais o rural e o urbano, que o rural hoje é uma extensão do urbano e funciona sob o mesmo modo de produção (SILVA, 1997).

Para Graziano da Silva (1997) a agricultura se integrou ao restante da economia, pois a mesma depende de insumos da indústria e funciona sob a mesma lógica, principalmente pelos chamados “complexos agro-industriais”, sendo assim não podemos falar mais em rural.

Sobre esta ótica o campo é um “*continuum*” do urbano, sob o ponto de vista espacial, não representando um espaço diferenciado que vive sob outra moral ou modo de produção.

Porém, cabe ressaltar que o desenvolvimento capitalista é contraditório, e que esta teoria baseia-se em um desenvolvimento linear, trazendo consigo diversos problemas. O

primeiro é o de não entender o campesinato enquanto classe. Outro tão importante é ignorar as diversas lutas camponesas existentes e talvez o mais grave é de não trazer consigo as contradições da sociedade capitalista.

A Segunda teoria é a que concebe o camponês como a representação do atraso, acreditando que no capitalismo representado pela lógica da cidade dominar o campo, e o que temos no campo é uma resistência do atraso prestes a acabar.

A partir de uma coerção extra-econômica, relações capitalistas de produção, haveria um rompimento das estruturas atrasadas, pré-capitalismo, feudalismo, ralação estas estabelecidas na colonização, implantando uma grande reforma estrutural.

Cabe ressaltar que o par camponês - latifundiário representaria um atraso, sendo visto como resquício do feudalismo, ou seja, no campo é onde a agricultura natural impera e a lógica capitalista romperia com este atraso através da inserção de relações capitalistas através de uma profunda reforma.

Esta teoria dita que este processo passaria por três fases, primeiro haveria um rompimento da agricultura natural, ou seja, o produtor perderia o vínculo com a comunidade e passaria a produzir individualmente; em um segundo momento o agricultor, agora produtor individual teria que abandonar a produção familiar e introduzir-se na economia de mercado; por fim este produtor por se inserir no mercado ficaria endividado a ponto de não manter seu lote, tendo que entregá-lo aos grandes produtores e tornando-se um proletariado.

Por fim a Terceira teoria, adotada no Trabalho, o campesinato é aqui entendido como classe social dentro do capitalismo. Sendo assim, ele é produto das desigualdades sociais criadas pelo capitalismo, e que tenta, através de uma outra lógica, para além do mercado, sobreviver em meio à imposição da economia capitalista.

[...] o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. (BOMBARDI, 2004: 53).

Neste sentido, o campesinato se reproduz de forma contraditória, pois ao mesmo tempo em que alimenta o mercado de alimentos com a sua produção, é este mesmo mercado que tende a destruí-lo – vide a monocultura, por exemplo – que lhe dá condições de se manter.

Assim, veremos a seguir algumas características do campesinato, com o objetivo de evidenciar as relações sociais e de trabalho que não têm por base a lógica do mercado.

Uma delas é o trabalho familiar que, diferindo da produção capitalista, não se baseia em salários (MARTINS, 1979). Assim, não se pode falar em lucro a partir da mais-valia no

interior das relações de produção do campesinato. Além disto, o camponês, diferentemente do proletário, detém os seus meios de produção, e domina as relações de produção, podendo assim, respeitar seu próprio tempo que não é o do capital. Uma vez detentor do seu tempo (tempo cíclico), dos meios de produção, e com base no trabalho familiar, torna-se inexistente a relação entre explorador e explorado, característica inerente ao capitalismo.

Outra característica importante é a própria expressão de luta de classe que existe no Brasil, principalmente por se tratar de um país de grandes extensões e que depende significativamente da agricultura. No campo, esta luta de classe tem como principais agentes o movimento camponês de um lado, e os latifundiários de outro. Estes últimos, geralmente correspondem à classe dos proprietários de terras e dos donos de capital (OLIVEIRA, 1987). São os capitalistas da cidade, que encontram no campo uma forma de produzir e acumular mais capital, sobretudo na agroindústria.

Outra importante questão, para entender o campesinato, diz respeito à ordem moral camponesa (BOMBARDI, 2003). Na ordem moral camponesa segue-se uma concepção diferente da colocada pelo mercado (principalmente na cidade), pois nela o camponês não é entendido isoladamente, mas sim em constante relação com os demais. Podemos entender que na ordem moral camponesa existe uma cooperação de todos, não somente nas relações não-capitalistas de produção, mas sim nas diversas relações sociais do dia-dia.

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam. (BOMBARDI, 2003: 112).

Portanto, não se pode entender os camponeses como capitalistas, pois os mesmos não obedecem a esta lógica, mas estão sujeitos a ela, uma vez que o campesinato é encarado como uma classe social no interior do sistema capitalista e não alienado a ele. Além disso, mesmo lutando constantemente pela sua sobrevivência, com princípios distintos daqueles do capital, na verdade os camponeses são cada vez mais inseridos no modo de produção vigente contraditoriamente.

Um conceito fundamental que foi utilizado na pesquisa é o de campesinidade; Woortmann (1990) trabalha com este conceito relacionando diretamente à ordem moral, podendo assim atribuir diversos níveis de campesinidade em cada contexto, que pode estar presente em menor ou maior grau em distintos grupos.

Para tal o autor não buscou ver o camponês como “pequeno produtor”, mas sim através da sua moralidade, ou seja, conforme colocado por ele, o valor-de-uso, ganha a conotação do uso enquanto valor, e a terra expressa além do objeto de trabalho e sim como expressão da moralidade.

Diversos foram os elementos levantados a fim de entender a campesinidade, sendo que segundo o autor a mesma pode ser observada, sobretudo em situações menos camponesas, ou seja, a resistência presente em ambientes que possui outra lógica que não a camponesa. possibilita uma maior observação desta campesinidade, conforme trecho abaixo:

A campesinidade pode ser apreendida de forma mais clara, em alguns casos, justamente nas situações menos camponesas, de um ponto de vista objetivo. Se a plantation é o lócus onde as relações de produção correspondem ao mínimo objetivo, é precisamente neste contexto que a campesinidade pode aflorar de maneira extremada no plano das representações e dos valores. (WOORTMANN, 1990: 13)

Neste sentido, a terra não é vista em sua externalidade, mas como elemento fundamental na reprodução desta ordem moral, não vista apenas como valor de troca ou renda, mas como condição fundamental da expressão da campesinidade.

Dentro desta perspectiva a comercialização para o mercado ou até a proletarização sazonal, não refere-se a uma baixa campesinidade, mas sim como um forma onde o camponês encontrou de manter seu lote, garantir a reprodução do mesmo e de sua família.

Desta forma a necessidade de inserir eventualmente na lógica econômica moderna, pode estar relacionada à necessidade de manter a relação tradicional, chegando assim novamente à campesinidade, conforme colocado por Woortmann (1990:19) “... onde os tempos modernos são usados para estabelecer o tradicional. Transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral e, com ela, a campesinidade”.

É fundamental pensar também que a tradição aparece como resistência, mas também como uma forma de sobreviver em frente ao desenvolvimento mais geral de empobrecimento e proletarização dentro do desenvolvimento contraditório do capitalismo, conforme colocado por Woortmann:

Inversamente, o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro. (WOORTMANN, 1990: 17)

Outro elemento fundamental a ser pensado no atual contexto dos assentamentos é que a cada dia há um grande aumento de assentados provenientes de áreas urbanas, sobretudo da periferia dos grandes centros. Trazem consigo outra moral, que não a camponesa e também, em muitos casos, trazem o desconhecimento de como produzir em seu lote.

Por outro lado, há também os que têm origem no campo que em algum momento da vida se viram obrigados a ir para cidade, mas viram na ocupação uma possibilidade de voltar ao campo, podendo assim expressar sua ordem moral que é camponesa.

Neste sentido o conceito de campesinidade possibilitará uma análise mais adequada ao estudo em questão, pois temos na comuna uma grande diversidade de pessoas com origens no urbano e no campo, de diversos lugares diferentes, alguns expressam níveis maiores de campesinidade e outros menores.

### 3. Breve histórico do MST

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - é um movimento organizado em todo o território nacional. Tem sua gênese em 1979<sup>2</sup>, é fruto do processo histórico de luta e resistência do campesinato e traz na sua gênese, a prática de ocupações de terras improdutivas e/ou devolutas. (FERNANDES, 1999).

Cabe ressaltar que diversos foram os momentos de criação do MST conforme colocado por Fernandes e Stedile (2012), sendo que o movimento nasce a partir de alguns fatores que tem como base as mudanças socioeconômicas da agricultura Brasileira dos anos 70, a chamada de modernização da agricultura.

Esta modernização gerou dois principais movimentos de expulsão dos camponeses e dos trabalhadores rurais da terra; um primeiro no qual deslocaram muitos para as fronteiras agrícolas, em que teriam que desenvolver outras atividades que não a produção de alimentos no qual os mesmo estavam habituados; e outros em função do “Milagre Econômico” no qual deslocou um contingente enorme de camponeses e trabalhadores rurais para a cidade devido o desenvolvimento industrial dos anos 70 e que teve início em anos anteriores.

Estes dois movimentos foram fundamentais para criação do MST, pois muitos que migraram, no segundo momento se encontraram, ou insatisfeitos com o processo de migração, pois estavam desenvolvendo atividades que não condiziam como sua moral camponesa, tal como extração de madeira, ou se encontravam desempregados na cidade, fruto da desigualdade intrínseca do sistema capitalista.

Além do contexto que possibilitou a criação do movimento, conforme colocado por Stedile (2012), os movimentos camponeses que fizeram lutas anteriores e também os sindicatos rurais foram fundamentais na construção da ideologia do MST, sobretudo a Liga Camponesa<sup>3</sup> no qual o autor confessa ser herdeiro direto.

Outra entidade que teve uma participação importante na criação do MST foi a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que tem sua ideologia pautada na Teologia da Libertação, teologia esta que acredita na luta social como pauta fundamental de uma Igreja libertadora. Neste sentido sua maior contribuição está pelo fato de que a mesma está organizada em todo

---

<sup>2</sup> Ocupação expressiva realizada no centro-sul, na gleba Macali, em Ronda Alta (Rio Grande do Sul), no dia 7 de setembro de 1979 que possibilitou o surgimento futuro do MST.

<sup>3</sup> Movimento Camponês que teve sua atuação, sobretudo entre a ditadura do Vargas e a Ditadura Militar, tendo diversos líderes perseguidos por esta última ditadura.

território nacional, servindo como ponte fundamental dos movimentos camponeses das diversas regiões com o do Sul que tinha, na época, uma grande atuação.

A CPT levou uma vez o Prof. Dr. José de Souza Martins para fazer uma palestra, antes mesmo da oficialização do MST. O mesmo disse, já entendendo a necessidade de um movimento camponês nacional:

A luta pela Terra no Brasil só terá futuro e somente se transformará em um agente político importante para mudar a sociedade se adquirir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos (MARTINS apud STEDILE, 2012:23 ).

O Prof. Martins, neste momento, coloca como fundamental uma integração da luta camponesa, dando um claro recado ao movimento do Sul que na época tinha um caráter muito regional.

Segundo Stedile (2012), o acúmulo dos diversos movimentos camponeses e de trabalhadores rurais brasileiros e posteriormente com movimentos camponeses da América Latina que já se organizaram há muito tempo, possibilitou criar alguns princípios, entre os quais:

- Uma direção Coletiva em detrimento de uma figura de Presidência, evitando perseguições políticas e uma possível cooptação do mesmo.
- A divisão de tarefas a partir da aptidão de cada militante, evitando um descontentamento do mesmo.
- A disciplina dos militantes, pois possibilita uma melhor execução das tarefas, diferenciando disciplina de autoritarismo.
- Coloca o estudo como fundamental, pois considera essencial na formação dos quadros para o MST.
- A Pressão Popular, somente através da luta aconteceria uma real mudança social.
- O contato da Liderança com a base, ou seja, evitando assim uma liderança meramente burocrática e deslocada do interesse da base.

Mesmo com diversas gêneses e ocupações anteriores, o Movimento tem como data base de fundação Janeiro/1984 momento no qual teve em Cascavel (PR) o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que contou com 80 representantes de 13 Estados.

Fruto de encontro de 1984, em 1985 acontece o I Congresso Nacional do MST em Curitiba (PR) sob a palavra de ordem “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”. Este

congresso que tinha como princípio reunir todos os lutadores do campo, contou com 1600 delegados, que tiveram como decisão fundamental não se iludir com as políticas do recém Governo Democrático, decisão acertada conforme será visto posteriormente na análise da reforma agrária do Sarney no capítulo “Reforma Agrária Brasileira”.

Outro importante momento e extremamente contraditório para o Movimento foi II Congresso Nacional do MST realizado em 1990 no mandato do governo do Collor e um ano depois da derrota eleitoral do Lula, aliado fundamental do Movimento naquele momento. O Movimento se viu na condição de aprofundar resistência, pois tinha como principal inimigo o presidente aliado aos latifundiários, além de fazer uma política clara de criminalização do movimento, através de prisões e processos judiciais, não tinha interesse algum em fazer uma reforma agrária. Outro elemento fundamental que serviu para a continuidade do movimento foi a possibilidade de fazer um congresso de massa, tendo em vista que neste participaram cerca de 5.000 delegados.

O III Congresso do MST realizado em 1995 também trouxe novos elementos à luta camponesa, pois conforme colocado por Stedile (2012) pois, deixou claro que a luta dos sem-terra, tinha que ser a luta contra o sistema econômico neoliberal, defendido por FHC (Fernando Henrique Cardoso) já no início de seu primeiro mandato.

Outro momento fundamental diz respeito à Marcha<sup>4</sup> do 100 mil para Brasília em 1997, diante da clara investida do Governo do FHC contra os Movimentos Sociais. Sob diversas táticas, propaganda e criminalização, o MST resolveu fazer uma marcha para Brasília que contou com 100 mil militantes de diversos momentos políticos.

Esta marcha pontua como uns dos momentos mais importante da história do MST e também da história Brasileira, pois temos o embate de um movimento social de esquerda que coloca em marcha mais de 100 mil militantes em detrimento de um governo neoliberal de FHC que defende uma Contra Reforma Agrária.

Um elemento fundamental desta marcha foi quanto à sua organização. Primeiro, saíram em Marcha para Brasília em três fileiras sendo que uma saiu do Sul, uma do Sudeste e outra do Centro-Oeste. O principal objetivo era conversar com a população em todos os mais de mil quilômetro de extensão de caminhada. A ideia inicial era que a marcha saísse das 5 regiões brasileiras, porém entenderam que seria um grande esforço dos militantes do norte e nordeste caminhar muitos quilômetros por cidades com baixa densidade demográfica.

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que a marcha é utilizada por diversos movimentos sociais há muito tempo e em diversos contextos, o próprio MST já havia realizado marchas em outros contextos locais e regionais.

Outra questão foi a escolha do Movimento, que foi ir à marcha para denunciar o Governo Neoliberal do FHC e não propriamente para levar uma proposta, pois o movimento tinha certeza de que não sairia deste governo uma reforma agrária que dialogasse com os interesses dos camponeses.

Segundo Fernandes (1999), o próprio histórico de luta no campo é entendido como fator econômico e político importante para a criação deste movimento. Além disto, uma das bandeiras levantadas era a não aceitação das políticas desenvolvimentistas do governo militar, por entender que estas atendiam apenas aos interesses de poucos, através de créditos e subsídios para os grandes proprietários de terras.

Atualmente, o MST configura-se em todo território nacional, tendo ainda como diretrizes de luta: a) uma distribuição de terra mais igualitária; b) uma maior autonomia do camponês sobre os produtos que planta; e c) garantia de uma plantação de produtos mais saudáveis, livre do uso de agrotóxicos.

Assim, o MST se mantém com a luta, apoiada em uma reforma agrária que pense principalmente no campesinato. Por isso sua atuação abrange militantes dispostos à realização de ocupações, acampamentos, manifestações como passeatas, caminhadas, etc. Um grande exemplo de sua mobilização política foi a “Marcha para Brasília 2005”, que durou do dia 1 até o dia 18 de Maio, em que 12 mil militantes caminharam 238 quilômetros, com a proposta de pedir ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o cumprimento da proposta de reforma agrária do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária).

Fernandes (1999) entende que a ocupação é a própria expressão da recriação do campesinato, pois mostra que dentro do capitalismo existe esta contradição: ao mesmo tempo em que o modelo capitalista de (re)produção exclui as pessoas, cria relações não-capitalistas de produção, e uma delas está presente no campesinato.

Através desta forma de luta, o campesinato mostra ao governo e denuncia à sociedade, a necessidade de uma política agrária mais eficiente, questionando o governo e a propriedade privada da terra<sup>5</sup>, e afirmando a verdadeira função social da terra. Uma das formas de lutar é a ocupação e o acampamento. Pois, segundo Fernandes:

O acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o estado e com os latifundiários. O acampamento é a ocupação do latifúndio, cujas consequências são (im)previsíveis. (FERNANDES, 1996: 238-239)

---

<sup>5</sup> Conforme Feliciano (2009: 27): “No Brasil, a terra virou mercadoria a partir de seu ‘aprisionamento’, em 1850, com a edição da lei de Terras, que somente permitia o acesso à terra através de compra e venda.”

Na atual conjuntura política podemos entender o MST como o maior responsável por ocupações de terras improdutivas e/ou devolutas do Brasil. Tal fato deve-se ao seu caráter militante, pois o mesmo tem a consciência de que as realizações só ocorrem através da luta das classes subalternas.

Um momento fundamental também de luta recente do movimento, foi no contexto da RIO + 20, onde o MST junto a outros movimentos pertencentes à Via Campesina, tiveram uma importância fundamental na Cúpula dos Povos, em que negaram o novo modelo de desenvolvimento capitalista proposto pelos líderes de Estado, o qual o movimento chamou de capitalismo Verde.

#### 4. A ocupação como uma forma de resistência camponesa

A ocupação é entendida neste trabalho como, sem dúvida, a forma mais efetiva e eficaz de denunciar a má distribuição de terras, questionamento à propriedade privada, e a falta de uma política que beneficie a classe camponesa.

Entendemos a ocupação da seguinte forma: como luta de classe no sentido de garantir a reprodução de um modo de vida: “a ocupação de terras é a forma de luta de classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e na liberdade” (FELICIANO, 2006: 103)

Cabe ressaltar que a ocupação moderna, conforme colocado por Feliciano (2006), é fruto de um acúmulo das lutas camponesas do diversos momentos histórico anteriores, coerente, politizado que reinventa a forma de fazer luta, e não se refere à reivindicação de terras como na luta dos posseiros, mas sim ao questionamento da propriedade privada da terra.

Assim, temos claro que a luta do acampamento é pela terra como valor de uso e não como valor de troca, a terra como território no qual o camponês consiga se reproduzir, no sentido amplo da palavra através de sua moral que é diferente da ordem comandada pela economia de mercado.

Esta clareza está presente e é observada em argumento da militante do movimento e assentada do Irmã Alberta , trazendo à tona outro elemento: a abertura do acampamento, no intuito do movimento não fechar em si, como coloca Rosa<sup>6</sup>:

*Eu (pausa), acho que a dinâmica do movimento a partir de 1996, quando teve o massacre dos Carajás, ela se modificou, até então o movimento era muito fechado para si mesmo, ele teve que se abrir para sociedade poder conhecer, porque a única versão que a sociedade tinha era a versão da mídia, que era um bando de baderneiro, que ficavam invadindo terra, e só queriam fazer bagunça, daí, pra mim isto é uma necessidade do movimento mostrar o trabalho que é feito dentro dos assentamentos, o trabalho de humanização destes trabalhadores que vem para dentro do assentamento, o trabalho coletivo, nem tudo que acontece nos assentamentos é perfeito, mas também não é o que a mídia coloca, as pessoas vem com uma condição de vida muito inferior pro acampamento, e quando se tornam assentadas a condição de vida se tornam bem diferente. (Rosa)*

Neste sentido a ocupação pode ser entendida de formas múltiplas e contraditórias que ao mesmo tempo em que é uma forma de questionar o acesso à terra, vivendo muitas vezes de

---

<sup>6</sup> Rosa é assentada no Irmã Alberta e militante de base do MST

forma precária, garante uma coesão política, possibilitando ao acampado muitas vezes acesso a uma formação política, alfabetização, creche coletiva, coisas que muitas vezes este acampado não tinha fora do acampamento, na periferia ou até mesmo na rua.

Quando Rosa fala em humanização dos trabalhadores, na prática está questionando a lógica capitalista urbana, em que os trabalhadores não controlam seu tempo, é desapropriado dos meios de produção e excluído do modo de produção tipicamente capitalista.

A forma como é empregado o termo “invasão”, pela grande mídia que acaba sendo reproduzida pela população, em detrimento de “ocupação”, normalmente vem carregada primeiro: de uma conotação negativa, pois coloca o acampado como “criminoso” e não como “vítima” de uma sociedade desigual; em segunda instância refere-se a um ataque ao direito à propriedade privada, ou seja, enquadra na lei como crime.

Fernandes (2001) fala que ocupação refere-se ao momento no qual, dentro do desenvolvimento contraditório do capitalismo, os camponeses sem terra, viram como possibilidade de acesso à terra através da resistência -na forma da ocupação. Assim, entende-se que como o desenvolvimento capitalista em sua ampliação não consegue assalariar os camponeses que são desapropriados, ele cria ao mesmo tempo e contraditoriamente, relações capitalista e não-capitalistas de produção, ou seja, o mesmo movimento que expulsa o camponês do campo, recria através das ocupações, novamente o campesinato.

Outro elemento a ser colocado diz respeito à criminalização dos movimentos sociais, sobretudo aqueles que questionam a propriedade privada, pois conforme Fernandes

Criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam. É condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras. É aceitar os interesses dos latifundiários e o processo de intensificação da concentração da terra. (FERNANDES, 2001:2)

Neste sentido, a ocupação Irmã Alberta aparece como uma nova referência e coaduna com este momento em que as ocupações são dotadas de um acúmulo, tornando a cada dia um movimento político mais coeso.

A própria localização da ocupação, na maior metrópole brasileira, traz outros elementos à luta camponesa, pois evidencia a contradição do próprio sistema capitalista, trazendo à metrópole a luta camponesa e questionando a propriedade privada ou até mesmo os interesses econômicos pela terra como era o caso da SABESP<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>A SABESP não dava uso a área ocupada, utilizando-se apenas para especulação imobiliária

Podemos, a partir de tal fato, reafirmar o que Feliciano (2006: 104) disse referente às ocupações a partir de 1985, pois esta ocupação tem “um significado político e geográfico abrangente na sociedade capitalista”.

A participação em atos políticos, ocupação do INCRA, marchas ou até mesmo as recentes manifestações que fecharam as Rodovias por todo o Estado de São Paulo, demonstra a clara integração destes agricultores sem terra com a luta mais geral camponesa, conforme a fala de Rosa:

*Muitas coisas que a gente acaba fazendo, agora trancamos a rodovia por causa do assentamento Milton Santos<sup>8</sup>, isto faz parte da conjuntura nacional de não deixar de lutar para que a reforma agrária prossiga, pressionar o governo federal e estadual.  
(Rosa)*

Outro ponto fundamental diz respeito ao que diferencia a ocupação camponesa de uma ocupação isolada, ou até mesmo de uma ocupação urbana, pois, o elemento fundamental é questionar a propriedade privada e a função social da terra.

---

<sup>8</sup> Assentamento em Americana que quase sofreu reintegração, mesmo após 7 anos de sua regulamentação.

## 5. Reforma Agrária Brasileira: Luta camponesa

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, conforme colocado por Oliveira (2001), caminhou no sentido de transformar os capitalistas industriais em grandes proprietários de terra e não de transformar os latifundiários em empresários capitalistas, viabilizado, sobretudo através com a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ) e da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

A partir de tal fato, a burguesia brasileira não caminhou no sentido de diminuir os entraves da terra, colaborando com o desenvolvimento ampliado do capital, mas sim no sentido de solidificar a propriedade privada, que historicamente, com as sesmarias, e posteriormente a Lei de Terras tem sido consolidada por uma minoria favorecida.

Martins (1994) também fala deste entrave no livro *O poder do atraso*, colocando o quanto uma pequena oligarquia rural é beneficiada historicamente pelo atraso nas transformações sociais brasileiras: “ [...] a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país” (MARTINS, 1994: 12).

Feliciano (2009) seguindo esta mesma perspectiva buscou fazer uma periodização das políticas de reforma agrária, pós-redemocratização do Brasil, ou melhor dizendo, das políticas de “NÃO reforma agrária” como colocou Oliveira (2007).

O primeiro elemento que o autor trouxe à tona foi a análise do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), dentro do IV CONTAG (Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). José Sarney e o então ministro do MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) Nelson Ribeiro falaram do esforço que teriam para implantar este PNRA.

Levantando todas as informações do Congresso e contando com a então liderança do presidente do INCRA, José Gomes da Silva agrônomo e defensor da Reforma Agrária, chegaram à necessidade de assentar 1 milhão e 400 mil famílias, PNRA previsto para 5 anos de 1985/1989, com desapropriação prevista, e uma verdadeira reforma estrutural.

Porém a manifestações e a imediata investida contra a reforma partiu da bancada ruralista junto com sua organização, utilizando dos seguintes meios, conforme descrito abaixo:

As reações e manifestações contra a proposta de Reforma Agrária foram imediatas. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foram totalmente contra a proposta de Reforma Agrária, tanto que se uniram e organizaram um Congresso Brasileiro sobre a Reforma Agrária (ou sobre a melhor maneira de não concretizá-la), realizado em junho de 1985, em Brasília. Logo após o Congresso, foi criada a UDR – União Democrática Ruralista.

A UDR firma-se na época como um movimento dos latifundiários contra a implantação do Plano de Reforma Agrária, desde a maneira como foi proposta no Congresso da CONTAG, caracterizando-se ainda como uma força que usava da violência para conter as manifestações dos movimentos sociais que reivindicavam a democratização do acesso à terra. (FELICIANO, 2009: 77)

Após este período Feliciano (2009: 77) coloca que “A meta de assentar 1,4 milhão de famílias continuou no plano, mas mudanças radicais impossibilitaram sua efetivação.” Novamente uma classe foi beneficiada pelo atraso de milhões.

Depois deste grande atraso para os trabalhadores rurais, a constituição de 1988, foi outro importante espaço de disputa que novamente favoreceu a recente UDR. Segundo muitos estudiosos, foi a maior retrocesso político para o campo.

No fim do governo Sarney foi extinto o cargo de Ministro da Reforma Agrária e junto, o ministério MIRAD, representando outro atraso para a reforma agrária, conforme análise:

Enfim, o PNRA foi um fracasso, a batalha no Congresso, uma derrota. Do número de 1,4 milhão de famílias previstas, apenas 69.778 foram assentadas. A proposta de desapropriar 43 milhões de hectares chegou ao número irrisório de três milhões de hectares, menos de 10% da área proposta no PNRA (INCRA, 1995). (FELICIANO, 2009: 79)

Diante de tal cenário chegamos ao número inexpressivo de famílias assentadas quando refere-se à necessidade da época, conforme colocado na tabela 1:.

Tabela 1: Número de Famílias Assentadas Previstas x Realizadas no Governo do Sarney no Brasil de 1985 a 1989.

<b>Número de Famílias</b>	
<b>Previstas</b>	1.400.000
<b>Assentadas</b>	69.778

Org: Fernando Freitas de Almeida      Fonte: Feliciano (2009)

Já o Governo Collor, primeiro presidente a ser eleito por voto direto, após a Ditadura Militar, em seu curto mandato, apresentou um claro retrocesso, o primeiro foi de criar uma

proposta de reforma agrária tardia com a meta de assentar 400 mil famílias, mesmo sabendo que esta meta estava muito abaixo da demanda real, e segundo grande retrocesso foi de vincular o INCRA ao Ministério da Agricultura, que é tradicionalmente vinculado aos grandes proprietários de Terra.

O número de 39.894 sem dúvida representa o não interesse de uma reforma agrária, e mesmo neste momento de voto direto temos claro um presidente que entrou para defender os interesses dos latifundiários.

Tabela 2: Número de Famílias Assentadas Previstas x Realizadas no Governo do Collor no Brasil de 1990 a 1992.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	400.000
<b>Assentadas</b>	39.894

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: Feliciano (2009)

No governo de Itamar Franco de 1993/1994 a Reforma Agrária nem entrou em pauta, sendo que houve algumas regularizações fundiárias e em números de novos assentados segundo o INCRA apenas 4.809 famílias foram assentadas.

Tabela 3: Número de Famílias Assentadas Previstas x Realizadas no Governo do Itamar no Brasil de 1992 a 1995.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	80.000
<b>Assentadas</b>	4.809

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: Feliciano (2009)

Feliciano (2009) faz uma análise do governo de Fernando Henrique Cardoso, o primeiro indicativo do que seria seu mandato. Coaduna com as propostas dos governos anteriores: solucionar os conflitos fundiários, oferecer crédito agrícola e assistência técnica, porém trouxe uma proposta que demonstrou que haveria um grande retrocesso econômico fazer reforma agrária sem desapropriação.

Outro ponto colocado pelo autor e também analisado por Oliveira (2007) diz respeito a uma reforma agrária proposta por Fernando Henrique Cardoso sob os princípios da “paz e

justiça”, adotar uma política realista e responsável, ao lado dos assentados, e logo no primeiro mandato foi ele o responsável pelos maiores massacres recentes no campo conforme descrito abaixo:

O primeiro massacre ocorreu em 15 de julho de 1995, no município de Corumbiara, Estado de Rondônia, quando 514 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, ao ocupar uma área já declarada como improdutiva, resistiram a sair, após ordem de despejo expedida pelo juiz Glodner Pauletto, do Fórum de Colorado d’Oeste/RO. Sorrateiramente, as famílias foram atacadas de surpresa e violentamente, por uma tática planejada pelos policiais, com indícios do auxílio de “funcionários” do fazendeiro.

No final desse trágico conflito, dez pessoas morreram, 125 ficaram feridas, 9 desapareceram, 355 foram presas, 120 foram interrogadas e 74 indiciadas por desobediência e resistência.

O segundo massacre ocorrido no campo ficou registrado, na História, como símbolo internacional da Luta Camponesa, devido a sua repercussão pelo mundo: foi o massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. Em 17 abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, 19 camponeses foram assassinados pela Polícia Militar do Pará. Além dos 19 mortos, o conflito de Eldorado do Carajás alcançou um número de setenta e sete feridos, sendo sessenta e seis civis e onze policiais militares. As mortes dos camponeses não resultaram apenas do confronto em si. Segundo a perícia técnica inicial, perpetraram-se uma desmedida execução sumária, revelada por tiros de precisão, à queima roupa, por corpos retalhados a golpes de instrumentos cortantes (foices e facões dos próprios sem-terra), com esmagamentos de crânios e mutilações.

Esses dois episódios de extrema violência no campo ficarão marcados na memória, como referência de luta e resistência camponesa, assim como o governo de Fernando Henrique Cardoso também ficará caracterizado como o governo responsável pelo massacre mais violento do final do século XX. (FELICIANO, 2009: 90)

A truculência do Governo Fernando Henrique Cardoso e a clara criminalização dos movimentos sociais, sobretudo o MST, demonstrou o posicionamento deste governo diante da pauta reforma agrária.

Entretanto diversas foram as medidas políticas e jurídicas tomadas por este Governo durante seus dois mandatos, tomando um posicionamento claro em defesa dos grandes produtores de terra em detrimento do interesse da maioria os trabalhadores rurais sem terra e camponeses.

Houve a aplicação de uma Contra Reforma Agrária, ou seja, uma reforma agrária que vai contra os princípios de uma reforma, que foi exposta por Oliveira (2007) em cinco estratégias claras do Governo Fernando Henrique Cardoso: primeiro, uma criminalização dos Movimentos Sociais, principalmente do MST, na figura de suas lideranças. Segundo, contava com diversas mudanças jurídicas no sentido de desarticular a luta pela terra:

A segunda estratégia diz respeito às mudanças legais que foram sendo realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, elencadas por Oliveira (2007):

- Securitização das dívidas dos ruralistas (não aplicado);
- ITR progressivo (relativo à produtividade);
- O Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra que tinha um caráter de contra reforma, pois não buscava resolver o problema do acesso à terra, mas vender a terra e endividar o trabalhador rural;
- A MP 2.109 que proibiu a vistoria por dois anos em imóveis ocupados, ou seja, criava um grande entrave na luta pela terra através da ocupação;
- Por fim a Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001, que exclui os assentados da reforma agrária devido “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”, clara criminalização das vítimas da uma distribuição desigual histórica de terras;
- Por fim a última medida foi a inscrição para assentamentos da reforma agrária pelo correio, veiculada com propaganda televisiva e impressa afirmando que a “porteira está aberta para a reforma agrária, é só entrar e inscrever-se”, foi outro estelionato das políticas do PSDB de FHC.

Temos claro que esta segunda estratégia vem no sentido de desarticular, a luta por terra, sobretudo, as adotadas pelo MST, ou seja, através de ocupações, manifestações e denúncias diretas em terras griladas ou improdutivas.

A Terceira Estratégia, que é obviamente derivada da segunda foi a criação de movimento que era contra a ocupação de terras e que tinha uma maior afinidade com o governo e com a o partido do governo PSDB.

A Quarta estratégia, estava vinculada ao MDA, para legitimar todas estas estratégias, aglutinam um grupo de intelectuais que tem uma leitura próxima ao Governo no sentido de pensar em uma política para a agricultura familiar, fundando o NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

A Quinta estratégia de fato, pode ser vista como a “cereja do bolo” do governo FHC, explicado de forma bem clara por Oliveira:

Entretanto, a quinta ação foi aquela marcada por lances espetaculares, de acordo com a chamada sociedade do espetáculo. A ação na mídia mobilizou o governo, os movimentos e a opinião pública. Reportagens procurando impingir caráter satânico as lideranças do MST, contra-propaganda organizada a partir de grandes órgãos de imprensa, denúncias nunca provadas, formação de equipe de jornalistas, realização de pesquisas de opinião pública sobre o MST, produção de material virtual via Internet, etc. Estas ações geraram na mídia um conjunto significativo de notícias que visavam principalmente desmontar a imagem de apoio que a população tinha formado sobre o MST e a reforma agrária após a Marcha à Brasília. Certamente,

deve-se a esta ação o fato de que a mídia nada noticiou sobre a queda expressiva desde 1998, no número de famílias assentadas. Embora a CNASI – Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA, tenha divulgado manifestação provando a redução. (OLIVEIRA, 2007: 145)

Abaixo, nas Tabelas 4 e 5, seguem dados de famílias assentadas nos dois mandatos do Governo Fernando Henrique, o que parece ser dados bastante interessantes quando olhamos de forma quantitativa. Ao analisar de fato a Reforma Agrária, percebemos que faz parte das estratégias já expostas no trabalho.

Tabela 4: Número de Famílias Assentadas no Governo do Fernando Henrique Cardoso no Brasil de 1995 a 1998.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Assentadas</b>	276.290

Org: Fernando Freitas de Almeida      Fonte: Feliciano (2009)

Tabela 5: Número de Famílias Assentadas no Governo do Fernando Henrique Cardoso no Brasil de 1999 a 2002.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Assentadas</b>	103.059

Org: Fernando Freitas de Almeida      Fonte: Feliciano (2009)

Oliveira (2007) buscou analisar os dados dos primeiros seis anos de mandato do Fernando Henrique. Como ponto fundamental, colocou que a Reforma agrária não partiu de uma política proposta pelo governo, mas sim como resultado de uma pressão social muito grande resultando em muitos conflitos.

Outro ponto fundamental a ser analisado é a distribuição territorial destas famílias Assentadas no Governo do FHC. Sendo que os assentamentos, segundo Oliveira (2007: 142), foram distribuídos na seguinte proporção: “total chegou a 490 mil famílias, distribuídas 62% na região Amazônica, 22% no Nordeste, 10% no Centro-Sudeste e 6% na região Sul.”. O mesmo autor ao analisar os dados de ocupações no mesmo período chega à conclusão que apenas 10% das ocupações ocorriam na região Amazônia.

Neste sentido, demonstra um claro descompasso entre as lutas sociais que ocorriam em outras regiões, como no Pontal do Paranapanema, com a proposta do Governo que tinha

como intuito claro de desarticular, minimizar estas lutas, ou seja, fazer uma contra reforma agrária.

O governo Lula, por sua vez, construiu novamente uma proposta ousada de reforma agrária através do II Plano Nacional Reforma Agrária. Contava com 11 metas, porém vamos analisar a meta 1 proposta de 400 mil famílias assentadas, colocando da seguinte forma:

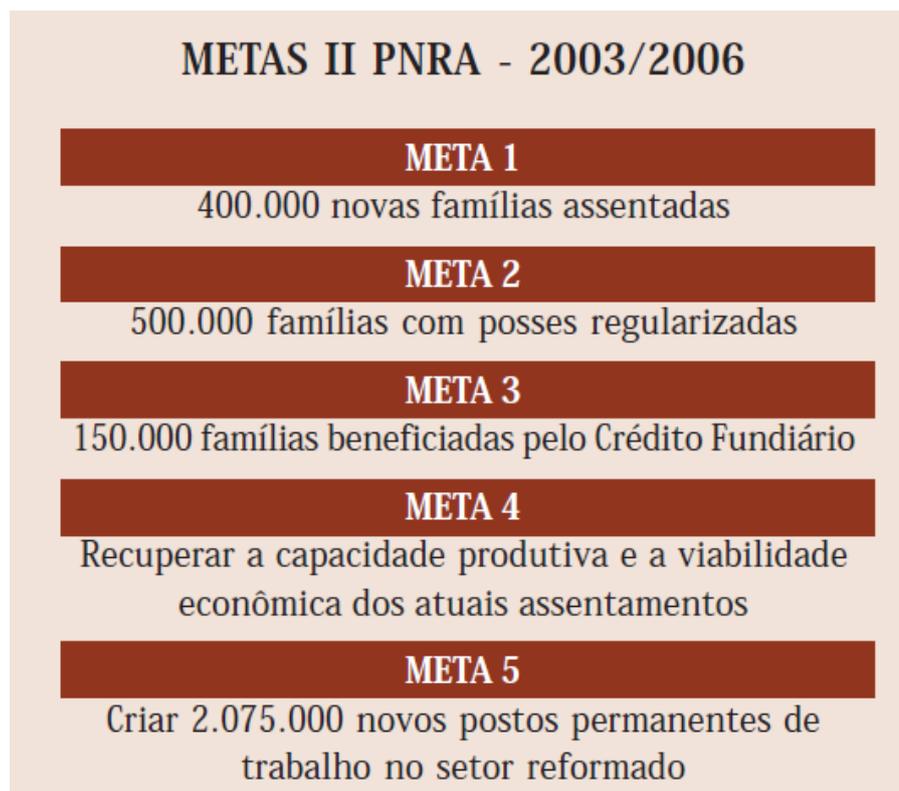


Figura 1: METAS II PNRA - 2003/2006

Cabe ressaltar que cada meta tinha claro quais seriam seus objetivos e quando fala em assentar 400.000, são novas famílias e não regulamentação. Para povos ribeirinhos e indígenas havia outras metas.

Outra questão importante é ler os princípios deste plano, que em si é transformador:

Uma grande Reforma Agrária se faz com grandes metas. As diretrizes do II PNRA desdobram-se em metas que demonstram o compromisso com uma Reforma Agrária massiva e de qualidade, capaz de produzir uma profunda transformação no meio rural brasileiro e impulsionar um novo padrão de desenvolvimento com igualdade e justiça social, democracia e sustentabilidade social. (BRASIL, 2003.)

Porém temos claro desde o primeiro momento, que as metas não tem sido respeitadas, e que o MDA/INCRA estava utilizando de métodos similares ao utilizados no Governo FHC,

métodos que foram em muitos momentos denunciados e desvendados pelos os militantes do PT (Partido dos Trabalhadores), e que o mesmo faziam lutas para desmentir esse tipo de práticas.

Entre tais métodos estão o de utilizar de assentamentos de governos anteriores e divulgar como se tivesse feito no governo atual, misturar regulamentação fundiária com assentamento de fato, além de juntar reservas extrativistas e assentamentos realizados pelos estados, como expostos por Oliveira (2007) ao fazer uma leitura dos dados fornecidos à Folha em um CD com 7.800 páginas que listam os 243 mil assentados no período 2003-2005:

Dos 243 mil trabalhadores que o governo diz ter assentado de 2003 a 2005 [os dados não incluem 2006], mais da metade, 127 mil (52%), está relacionada a projetos criados durante a gestão de Lula. Dessa parcela, 56,3 170 mil (44%) correspondem a assentamentos estaduais ou reservas extrativistas. Os 48% restantes - cerca de 115 mil assentamentos - foram criados em governos passados. Pelo menos 2.121 pessoas "assentadas" pelo governo Lula se encontravam em projetos criados ainda na ditadura militar. Nos anos 70, 10.425 estavam nos projetos de João Figueiredo (1979-1985) e de José Sarney (1985-1990). Outros 73.093 nos anos 90; e 29.156, nos três últimos anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). (OLIVEIRA, 2007: 169-170)

Devido à forma na qual foram divulgados os números acima, buscou-se entender a metas primeiro para estes 3 anos 2003/2005, através do levantamento de dados de Oliveira (2007) foi possível fazer esta tabela:

Tabela 6: Número de Famílias Assentadas no Governo do Lula, no Brasil de 2003 a 2005.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	260.000
<b>Assentadas</b>	85.966

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: Oliveira (2007).

Ao analisar os dados destes 3 primeiros anos de mandato temos claro uma “Não Reforma Agrária”<sup>9</sup>, pois não obtivemos um grande avanço no que diz respeito ao efetivo caráter transformador proposto no II PNRA.

Em 2005 depois desta ínfima reforma agrária, ou melhor, uma Não Reforma Agrária, os números acampados são estimados em 230 mil, ou seja, substancialmente superior aos 60

<sup>9</sup> Conceito proposto por Ariovaldo Umbelino de Oliveira no livro *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

mil acampados do último ano do governo FHC. Claro que no tempo do FHC foi fruto de uma Contra Reforma agrária já debatida no capítulo.

O ano de 2006 deve ser entendido como um caso a parte, pois trata de um momento específico, em que há um aprofundamento nas estratégias de manipulação dos números, e uma Não reforma agrária profunda, além de saber-se pois que se refere a um ano eleitoral.

Neste sentido, tal como no último ano de mandato do FHC, há uma divulgação massiva da reforma agrária com números superestimados; o governo anunciou assentamento de 136 mil, mas novamente quando olhamos para meta do II PNRA chegamos a 45.779 famílias assentadas.

Tabela 7: Número de Famílias Assentadas no Governo do Lula no Brasil em 2006

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	140.000
<b>Assentadas</b>	45.779

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: Oliveira (2007).

Ao fim do mandato, a Não Reforma Agrária do governo Lula cumpriu, ao analisar a Meta 1 do II Plano de reforma Agrária, apenas 33 % da meta, esta que já estava bem abaixo da necessidade real, isto sem analisar que tipo de reforma agrária se refere a mesma. Somente analisando os números temos uma reforma agrária novamente que não se realiza no Brasil.

Tabela 8: Número de Famílias Assentadas no primeiro mandato do Governo do Lula no Brasil de 2003 a 2006.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	400.000
<b>Assentadas</b>	131.745

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: Oliveira (2007).

Mais de 150 mil famílias que estavam acampadas em 2003 continuam acampadas em 2007. Somando-se elas o contingente que foi para os acampamentos entre 2004 e 2006, chega-se ao total de mais de 240 mil embaixo das lonas pretas à espera da reforma agrária que não vem. (OLIVEIRA, 2007:176)

A análise a seguir partirá novamente dos dados desagregados, ou seja, no segundo mandato do Lula os dados de novas famílias assentadas, aparecerão da mesma forma que vem

sido trazido na pesquisa até o momento, tal como o primeiro ano do Governo Dilma, porém no segundo ano, 2012, do Governo Dilma serão utilizados os dados oficiais do INCRA e conforme já colocado na pesquisa estes dados misturam assentamentos de governo anteriores, regulamentação fundiária, reservas extrativistas e assentamentos realizados pelos estados fazendo assim parte da tática da lógica eleitoreira, porém torna-se necessária a análise para uma visão geral das políticas de reforma agrária até o atual momento e conforme será observado mesmo com todos estes recursos os dados não são em nada positivos para os movimentos sociais.

Cabe ressaltar que a partir do segundo mandato de Lula temos um claro abandono das políticas de reforma agrária, sobretudo pelo fato de não ter nem sido pensado em um novo PNRA, o que demonstra um total desinteresse do governo por tal pauta.

As decisões políticas do segundo mandato tomou uma evidente direção em defesa dos grandes produtores, com suas políticas de investimento em portos e infraestruturas para produtores de soja e outras *commodities*, em detrimento dos interesses de diversos camponeses e trabalhadores rurais sem terra.

Outro elemento que deixa claro estes interesses diz respeito às leis de regulamentação de terras na Amazônia Legal, que tem como princípio básico, transformar as terras devolutas, terras pertencentes à União em propriedade privada, demonstrando uma política que vai contra os princípios da reforma agrária. Para tal vamos analisar alguns princípios na MP (Medida Provisória) 458.

No que diz respeito aos possíveis beneficiados desta Medida Provisória, temos claro que não são apenas os camponeses, pois não exige que o mesmo more na área a ser legalizada, mas sim de garantia de que há alguma atividade econômica sendo desenvolvida na área conforme observado na citação abaixo, no que diz respeito à ocupação indireta e exploração indireta.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Medida Provisória, entende-se por:

I-ocupação direta: aquela exercida pelo ocupante e sua família;

II-ocupação indireta: aquela exercida somente por interposta pessoa;

III-exploração direta: atividade econômica exercida em imóvel rural, praticada diretamente pelo ocupante, ou com auxílio de seus familiares e, eventualmente, com ajuda de terceiros;

IV-exploração indireta: atividade econômica exercida em imóvel rural, por meio de preposto ou assalariado;

V-cultura efetiva: exploração agropecuária, agroindustrial, extrativa, florestal, pesqueira ou outra atividade similar, mantida no imóvel rural e com o objetivo de prover subsistência dos ocupantes, por meio da produção e da geração de renda;

VI-ocupação mansa e pacífica: aquela exercida sem oposição e de forma contínua;  
VII-áreas urbanas consolidadas: aquelas que apresentem sistema viário implantado e densidade ocupacional característica, na data de publicação desta Medida Provisória, conforme regulamento. (BRASIL, 2009)

Outro elemento que a lei possibilita é a concentração de terras por grilagem de terra, pois, tem-se a possibilidade de legalizar terras de até 1500 hectares conforme texto da lei, o que possibilita a legalização de grandes propriedades mesmo para o contexto amazônico.

§1º-Serão regularizadas as ocupações de áreas de até quinze módulos fiscais e não superior a mil e quinhentos hectares, respeitada a fração mínima de parcelamento. (BRASIL, 2009)

Diante de tal fato, se no primeiro mandato do Lula tivemos uma Reforma Agrária que não se realizou ou que se realiza segundo os interesses dos grandes proprietários de terras, temos claro que no segundo, o que está em pauta é um contra reforma agrária, onde os interesses dos camponeses são deixados de lado em detrimento dos interesses dos grandes capitalistas do campo conforme colocado por Ariovaldo:

O segundo mandato por sua vez, transcorreu sem que fosse elaborado o III Plano Nacional de Reforma Agrária como manda a legislação em vigor, e, ao contrário, implantou-se a política de contra-reforma agrária para a expansão do agronegócio. Os 67.823.810 hectares do Incra sem destinação na Amazônia Legal, terras públicas que estão registradas em cartórios de registro de imóveis em nome do órgão e ocupadas ilegalmente pelo agronegócio, transformaram-se em objeto da ação política da banda podre dos funcionários do Incra, que mudaram os rumos da política agrária no segundo mandato.

As Medidas Provisórias 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e depois a 458 (Lei nº 11.952 - 25/06/2009) que englobou os princípios da anterior, ampliou as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal. Como consequência, ao invés do Incra fazer o terceiro plano de reforma agrária, o MDA criou o Programa Terra Legal para regularizar as terras públicas do Incra, griladas pelo agronegócio. Assim, a contra-reforma agrária foi a marca principal do segundo mandato do governo de Luiz Inácio, ou seja, a política de “legalização” da grilagem das terras do Incra na Amazônia Legal.

Em decorrência dessa política, os conflitos por terra aumentaram, particularmente na Amazônia Legal, e com eles os posseiros foram em 2010, os principais protagonistas da luta pela terra no país, ultrapassando as ações dos Sem-Terra. (OLIVEIRA, 2011:56)

Tabela 9 : Número de Famílias Assentadas no Segundo mandato do Governo do Lula no Brasil de 2007 a 2010.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	_____
<b>Assentadas</b>	107.757

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2011.

O governo Dilma tem um claro abandono da política de reforma agrária, pois, aparece como o que menos assentou no período pós-redemocratização, com índices inferiores ao curto período do Collor inimigo declarado dos camponeses.

Podemos trazer como um dos elementos que torna evidente o aprofundamento não só da não reforma agrária, mas como novamente o aprofundamento da contra-reforma agrária, o novo código florestal, onde tivemos um claro fortalecimento dos interesses da bancada ruralista, em que diversos movimentos ambientais e sociais se colocaram contra a mudança do código.

A Bancada Ruralista é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa dos seus interesses da classe, como proprietários de terra ou capitalistas da agricultura. Ou seja, um grupo de deputados federais e senadores que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses dos ruralistas, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o Governo. Além da auto-identificação como ruralistas, em geral, tem diferentes formações profissionais e ao longo de suas trajetórias políticas exerceram cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal. Estes deputados federais podem ascender a outras posições no Senado, nos ministérios e manterem suas articulações com a bancada da Câmara. Ou seja, transitam para outros cargos do Legislativo e do Executivo para continuar a defesa da expansão capitalista da agricultura. (OLIVEIRA e GONÇALVES, 2011: 2)

Quando analisamos o primeiro ano de mandato da Dilma temos apenas 9.079 famílias assentadas, sendo que mesmo nas demandas conservadoras refere-se a uma necessidade de assentamentos que apontam para 400 mil famílias e quando pegamos os dados do DATALUTA, 2012, temos que em 2011 houve ocupação de 25.369 famílias.

Tabela 10 Número de Famílias Assentadas no Governo Dilma no Brasil em 2011.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	_____
<b>Assentadas</b>	9.079

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2011.

E ainda referente ao Governo Dilma, mesmo quando olhamos os dados, oficiais não desagregados tem-se uma ínfima reforma agrária realizada, sendo que no ano de 2012 apenas 23.075 famílias foram assentadas.

Tabela 11: Número de Famílias Assentadas no Governo Dilma no Brasil em 2012.

<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Número de Famílias</b>
<b>Previstas</b>	_____
<b>Assentadas</b>	23.075

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: Incra (2013).

Tendo uma visão geral deste período quando comparamos a tabela 12 e a tabela 13 temos claro que tipo de reforma agrária foi realizada, pois, se por um lado as reivindicações através de ocupações dos movimentos sociais estão em sua maioria na região nordeste e sudeste, quando olhamos a reforma agrária de 1979 até 2011, temos que a área que mais criaram assentamentos foi a norte.

Conforme colocado por Oliveira (2007), sobretudo no contexto dos últimos governos, temos que o INCRA, somente realiza assentamentos em áreas onde o agronegócio não tem tanto influência, ou seja, o governo mesmo na reforma agrária beneficia o agronegócio.

Tabela 12: Número de ocupações e de famílias por regiões - 1988-2011

	Ocupações	Famílias	Famílias
<b>Norte</b>	797	107.861	9
<b>Nordeste</b>	3.226	436.719	36,44
<b>Centro-Oeste</b>	1.142	190.294	15,88
<b>Sudeste</b>	2.281	291.132	24,29
<b>SUL</b>	1.090	172.507	14,39
<b>Brasil</b>	8.536	1.198.513	100

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2011.

Tabela 13 Número De Assentamentos Rurais - 1979-2011

	Assentamentos	Famílias	% Famílias	Área	% Área
<b>Norte</b>	2.037	453.950	43,4	62.963.453	75,5
<b>Nordeste</b>	4.097	337.707	32,3	10.276.323	12,3
<b>Centro-Oeste</b>	1.208	161.335	15,4	7.865.968	9,4
<b>Sudeste</b>	798	52.035	5,0	1.451.822	1,7
<b>SUL</b>	811	40.052	3,8	809.278	1,0

Org: Fernando Freitas de Almeida

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2011.

Diante de tal cenário temos no Brasil um reforma agrária que não se realiza, e temos nos últimos governos um movimento real de Contra Reforma Agrária, onde não só não se realiza, mas cria-se aparatos jurídicos, midiáticos, políticos e sociais em favor dos grandes proprietários de terra em detrimento dos camponeses.

## 6. Assentamento Irmã Alberta

O Assentamento Irmã Alberta, localizado na cidade de São Paulo, no distrito de Perus, próximo à divisa com o município de Cajamar, conforme Mapa 1, tem um histórico de mais uma década de luta, que ainda continua.

A origem do grupo está, sobretudo, em um movimento de moradores de rua e de favelas em Perus que formou em conjunto com o MST, posteriormente, a Frente de Massa do MST.<sup>10</sup> Uma vez mobilizados, realizaram a ocupação dia 20 de julho de 2002. No ano seguinte, o acampamento contabilizava cerca de 250 famílias, com 800 pessoas (DUARTE, 2004).

Ao perguntar para a assentada Roseira, temos um número maior nos primeiros 2 meses da ocupação, mas por conta das dificuldades de fazer uma ocupação, muitos vão embora no primeiro ano.

*No começo, de início, bem início era umas 700, em 2 meses foram embora metade, daí ficou umas 400, depois de um ano e meio foi embora mais um tanto, aí foi convidado pessoas para ir para outros lugares, Andradina, para Campinas, para Franco da Rocha, e agora nós estamos com 40 famílias, cabe, vai caber 37 famílias, mas nós estamos com 40 famílias. (Roseira)*

O grupo permaneceu na condição de acampado, debaixo de lona propriamente dita, por sete anos. Com cerca de 40 famílias, em 2009, eles resolveram dividir em lotes por conta própria, tendo em vista o desinteresse do governo em transformar o mesmo em um assentamento; há no grupo pessoas que se identificam como assentados e outros como acampados.

A área reivindicada pertencia à SABESP<sup>11</sup>, e estava sendo utilizada somente para fins de especulação imobiliária. Como contra-proposta o MST transformaria aquele espaço improdutivo em um espaço de produção de alimentos fortalecendo as relações camponesas interna e externamente ao assentamento.

Durante todo este processo de acampamento houve grandes conflitos ideológicos entre a SABESP e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pois a primeira defendia que toda a região ocupada pelo Movimento era considerada perímetro urbano, mesmo que visivelmente não fosse, e contraditoriamente, a própria empresa chamava

---

<sup>10</sup> Forma que o MST se organiza para fazer reunião em formato de assembleia para chamar a população para luta.

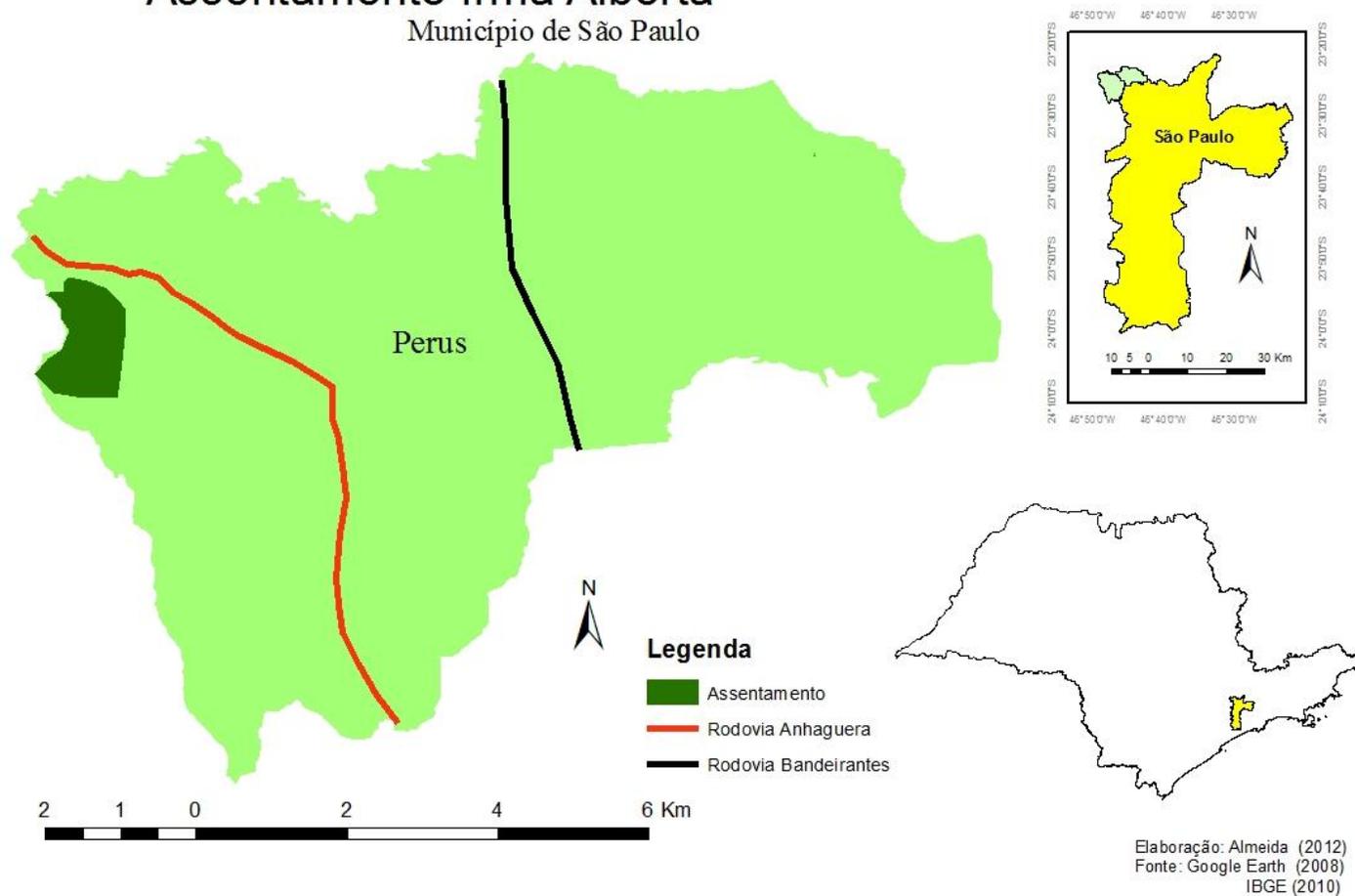
<sup>11</sup> Sabesp é uma empresa de economia mista responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos de 363 municípios do Estado de São Paulo.

este território de “Fazenda Itahye”. O INCRA, compartilhando da mesma opinião dos então acampados, entendia o mesmo território como rural; sendo assim era possível tornar aquele acampamento em um assentamento de fato, e conforme dito acima, foi esta a opinião que prevaleceu.

Em 2003 havia sido feito uma conversa entre o INCRA, mediado pelos bispos Dom Tomás Balduino e Dom Simão, e pelo Senador Eduardo Suplicy, junto ao Governo, para a transformação a da ocupação em Assentamento, no qual o MST iria implantar o Modelo de Comuna da Terra.

## Assentamento Irmã Alberta

Município de São Paulo



Elaboração: Fernando Freitas de Almeida

Mapa 1: Mapa de Localização Assentamento Irmã Alberta no Município de São Paulo.

Comuna da Terra consiste em um modelo de organização de Assentamentos, em que uma parte da produção é comunitária e a outra é individual. Este modelo é considerado como ferramenta importante na luta pela reforma agrária, sendo aplicado, sobretudo, em assentamentos nas proximidades das capitais pelo MST.

Entretanto, esta conversa feita junto ao INCRA não dava o direito aos então acampados, à posse da terra. Em 31 de agosto de 2005, os acampados receberam o comunicado de reintegração de posse da SABESP, que seria consolidada em 7 de setembro do mesmo ano. No entanto, já naquele momento, os acampados tinham uma produção agrícola, e já dependiam da mesma para manterem a sua subsistência. Devido à mobilização dos acampados combinado à intervenção do INCRA, esta reintegração da posse não ocorreu.

Em 12 de agosto de 2006, aconteceu um evento de cunho político-religioso a favor da aceleração do processo de assentamento e a inauguração do acampamento na qualidade de Comuna da Terra, momento em que os acampados começaram a se identificar como assentamento, apesar de todos terem na sua fala uma grande insegurança; tomamos como exemplo a fala do jovem Pinheiro, 29 anos.

*Como eu vejo o futuro do assentamento! Assim da minha parte? Eu vejo o futuro assim, liberar a terra para gente já, a nossa casa que nós está esperando ainda, na verdade, não é assentamento, nós fizemos assentamento por conta, então assim, nós temos o papel da Sabesp, autorizando nós ficar na área até o INCRA resolver comprar a área, mas não é nada certo, assim, pelo que eles falam, mas o futuro do acampamento que eu vejo, é todo mundo produzindo, se sustentando da terra, e vivendo bem em harmonia com outros.*

Cabe ressaltar que o Assentamento está inserido no Regional Grande São Paulo, que o movimento entende estar inserido nos Eixos metropolitanos, tal como o Regional Campinas, Regional Ribeirão Preto e Regional Vale do Paraíba.

Este regional tem sua gênese não diretamente no campo com o MST, mas sim com os trabalhos realizados com moradores em situação de rua pelas CEB's (Comunidade Eclesial de Base) e pela CPT, sendo que esta última está presente na gênese do MST conforme colocado em capítulo anterior.

Roseira, ao contar da decisão, fala um pouco do trabalho da Irmã Alberta, que fazia o trabalho de convidar as pessoas para participarem da luta no campo, foi por sua importante contribuição, que ainda acontece, que resolveram homenageá-la.

*Meu marido tem uma doença no cérebro, ele conheceu a irmã Alberta, que fazia no centro da cidade, a chamava para as pessoas para vir para luta, e aí quando ele conheceu a Irmã Alberta ele disse você vai adorar, você vai para lá, aí foi dito e feito, quando vim pra cá, eu conheci a Irmã Alberta, eu fiquei aqui, assim um pouco apaixonada por ela, aí fiquei e eu vi a necessidade do povo. Quando eu cheguei era 70% das pessoas, 70 não acho que um 58, 50, tinha só 5 que tinha o ensino médio, contando com eu e meu marido, então é bom nós fazer a alfabetização, a escolarização com quem quis, temos o Tito que passou por nossas mãos, o Edson que terminou o ensino médio, então a gente iniciou com a alfabetização, fizemos a escolarização, o que me motivou é ajudar o trabalhador, contribuir para que ele desenvolva seu raciocínio lógico, seu raciocínio de poder fazer uma crítica para a sociedade. (Roseira)*



Fernando Freitas de Almeida/2009

Foto 1: Irmã Alberta junto com Senador Eduardo Suplicy no Ato de reafirmação de Assentamento por conta dos acampados.

O ponto fundamental que foi observado por eles, durante o trabalho com moradores de rua, foram que muitas pessoas atendidas tinham em comum na sua origem a migração do campo para cidade, ou seja, havia neles uma moral camponesa que não se identificava com o modo de vida que lhe eram oferecidos, em cooperativas de catadores de recicláveis, costureiras, fábricas, artesanatos entre outras atividades de caráter urbano.

Diante de tal cenário houve a necessidade de uma articulação melhor com o MST, sendo que em um primeiro momento conforme colocado por Rosângela Santos (2010), a articulação junto ao movimento começou a levar estes moradores aos assentamentos mais

distantes (Iaras, Pontal do Paranapanema, Andradina), tendo como registro alguns moradores de ruas que apareciam nestes assentamentos até mesmo de forma espontânea.

Neste contexto, o Regional Grande São Paulo do MST junto à CPT e às CEB's vê a necessidade de reivindicar assentamentos próximos a Grande São Paulo, possibilitados pelo trabalho de bases dos três movimentos.

O MST, ao aprofundar neste contexto, cadastra junto ao INCRA, 2300 trabalhadores desempregados, sem teto e sem terra que decide a partir de tal fato lutar por uma política de reforma agrária na Grande São Paulo. Deste momento acontece a primeira ocupação na Grande São Paulo em Arujá em setembro de 2001, no qual os militantes do MST buscaram criar seu próprio modelo que é o de Comuna Rural, dando uma proposta que ia contra o modelo tradicional de reforma agrária.

Atualmente o regional Grande São Paulo articula a Comuna da Terra Dom Tomás Balduino (Franco da Rocha); Comuna da Terra Irmã Alberta (São Paulo); Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga (Cajamar), Comuna Urbana Dom Helder Câmara (Jandira) e a recém ocupada Comuna Urbana Pe João Carlos Pacchin (Itapevi).

Quando se olha para o caso específico do Assentamento Irmã Alberta, temos no seu histórico famílias que tiveram sua vida toda no campo e migraram para cidade, pessoas com nível de campesinidade profundo e outras que, por não conseguir se reproduzir na cidade por conta da desigualdade decorrente do sistema capitalista, buscaram no campo sua reprodução.

Começamos o relato com o senhor Figueira, 64 anos relata que sempre viveu no campo, nasceu na Bahia mas com pouco mais de um ano começou a migrar, sendo que a última cidade que morou foi Francisco Morato, região periférica de São Paulo onde se encontrava desempregado. Vejamos o relato de Figueira quando pergunto se ele sempre morou no campo:

*Era tudo rural, trabalhador da roça, trabalhei empregado só 9 meses em São Paulo, depois que vim do interior aí fiquei desempregado, aí surgiu esta reforma agrária, aí vir para cá. (Figueira)*

Novamente ele se afirma enquanto camponês, fala que é lavrador e que gosta mesmo é de plantação, neste sentido ele tem uma clara relação com a terra diferente da relação de grandes produtores que vê a terra somente enquanto mercadoria. Figueira vê na terra uma forma de se reproduzir enquanto camponês.

*Meu objetivo é produção, eu sou mesmo da lavoura, eu sempre fui da lavoura né, desde quando eu vim da Bahia meu pai era produtor, como é que fala lavrador,*

*agricultor lavrador na roça é tudo uma coisa só, tudo de lavoura eu entendo, de coisa de plantar eu entendo, eu gosto de plantação. (Figueira)*

Ao analisar as fotos do lote de Figueira temos claro uma expressão da campesinidade do mesmo, sobretudo quando se refere à ordem moral camponesa, à simplicidade na organização dos objetos, ao uso da técnica como a de secar carne, que com a popularização da geladeira esta técnica permaneceu presente no meio rural, a expressão da religiosidade, sobretudo a religiosidade popular, que ainda é extremamente presente no meio rural, nos remete a um expressão do campesinato.



Fernando Freitas de Almeida/2012.

Foto 2: Organização das louças do Figueira com bastante simplicidade.



Fernando Freitas de Almeida/2012.

Foto 3: Terço pendurado na parede da casa demonstrando sua religiosidade e ao lado uma foto da ocupação e uma campanha contra agrotóxicos demonstrando o lado militante do assentamento



Fernando Freitas de Almeida/2012.

Foto 4: Técnica utilizada para secar carne presente, sobretudo no meio rural.



Fernando Freitas de Almeida/2012.

Foto 5: Lote do Figueira utilizando-se de lenha para cozinhar.

Outro elemento bastante presente no assentamento irmã Alberta diz respeito ao histórico de militância de muitos, o que possibilitou uma consciência de classe bastante interessante. Temos, por exemplo, a Rosa, filha de uma assentada que tem o início de sua militância na PJ (Pastoral da Juventude) na periferia de São Paulo, Zona leste, e que entendeu que uma forma de continuar sua militância seria fazendo parte do MST.

*Eu fazia parte da pastoral da juventude, atuava com a juventude da periferia, na zona leste, na assessoria da PJ, na formação de jovem; fui catequista na igreja, Fazia parte de uma CEB'S, e participava de todas as atividades sociais por causa desta CEB'S, foi lá que eu conheci o movimento com pessoal do fé e política, da região de Guaianases (pausa) que tinha trabalho com cooperativa, a gente, eu e minha mãe trabalhava com cooperativa, para tentar organizar as pessoas que estavam desempregadas. Nesses trabalhos que a gente fazia nós sabíamos da importância do MST, antes de vim para cá.*

O histórico de decisão de participar de um acampamento é um elemento bastante interessante a ser entendido na pesquisa, pois temos sempre na pessoa uma dúvida a ser

analisada, pois, em muitos casos o medo de ir acompanhado da insegurança de ficar naquela vida orientada pela lógica excludente do capital.

Temos o depoimento de Rosa, que tomou sua decisão um ano depois de sua mãe, mesmo tendo a consciência da importância da ocupação como forma de reivindicar a reforma agrária e sabendo que poderia contribuir com a educação na ocupação. O medo de ficar e o medo de ir lhe acompanhou conforme sua própria fala:

*Minha mãe veio na frente e ficou morando aqui durante um ano, ela me falou da importância de ter pessoas que sabiam trabalhar com as crianças, eu tinha um trabalho com sem terrinha, tinha feito magistério e era catequista, ela falava que aquela experiência seria muito importante para ajudar aquelas crianças (barulho de pássaro), levando em consideração que eu trabalhava em escritório meu salário era baixo, eu não dava conta das despesas da casa que eu morava, era bem difícil se manter sozinha em São Paulo, ela falou: você vem para cá, você trabalha no movimento, você vai ter seu lote, estudar e sua qualidade de vida vai ser melhor lá, além de você ser mais útil neste lugar, né !? Foi assim que minha mãe durante este ano me convenceu de vir para cá.*

Outro elemento importante na análise da fala, é ter claro que no momento histórico daquela decisão, da ocupação, tínhamos instaurado no governo federal a criminalização dos movimentos sociais como política, que acontecia por diversos vieses, legalistas, através de repressão, como já trabalhado no capítulo de análise da reforma agrária. Neste contexto Feliciano fala do medo de ficar e de ir:

A decisão de participar de uma ocupação está ligada, em nosso entendimento, ao sentimento de medo. O medo de ficar e/ou de ir. O medo de não dar certo, de ser estigmatizado de ocorrerem atos violentos, de não estar preparado, e o medo de ficar nas condições precárias em que se encontra. (FELICIANO, 2009: 90)

Ao perguntar para Oliveira sobre sua origem, o que vem a tona é um histórico grande de migração; ele fala que trabalhou na roça e teve que migrar para a cidade, onde trabalhou em geral em empregos que exigem um trabalho pesado, pela quantidade de profissões citadas, provavelmente trabalhava como temporário, sendo que fala que trabalhou mais tempo no meio rural.

*Não da cidade, eu nasci no interior, depois vim para cidade, agora estou voltando para roça de novo, sempre foi assim, trabalhando de pedreiro, ajudante, segurança, trabalhei pouco tempo de segurança, mais foi mais na roça. (Sr Oliveira)*

Pinheiro, jovem do assentamento, com 29 anos, tem no seu histórico dois despejos de outras áreas ocupadas, ou seja, viu no Irmão Alberta a possibilidade de melhorar sua condição de vida e lutar por um espaço seu:

*Sempre na cidade, passei por dois despejos, porque eu era do Terra Sem Males (outra ocupação do MST), e do Terra Sem Males eu fiquei por aqui no Irmã Alberta. (Pinheiro)*

A decisão de participar de um acampamento é momento fundamental. Para tal, o MST tem como característica o chamado trabalho de base, ou seja, vão dialogar com a população através de assembleias em geral, em espaços públicos, igrejas, praças e busca nestes lugares, pessoas interessadas em participar da luta, podendo ocorrer de duas formas: em regiões com mais conflitos o convite é feito família por família e, em ambientes com menor conflito é feito de forma aberta, conforme colocado por Bogo:

A participação nas reuniões de base varia de um lugar para outro. Onde há muita repressão e ameaças de fazendeiro, não é fácil, precisa ter cuidado. Os convites são feitos por recados. Em outras situações, convocam-se as reuniões através de anúncios nas emissoras de rádio e até em carros de som nas ruas. Muitas assembleias, por serem de massa, são organizadas em praça pública. Há, porém, o cuidado de não definir ali a data e nem a área que se pretende ocupar (BOGO, 2003:125)

Conforme relato de Figueira, a forma de convocação para ocupação do Irmã Alberta, refere-se à segunda forma, ou seja, à frente da massa faziam panfletagem e passavam com carro de som convocando todos para reunião, em toda região periférica de Perus. No caso específico, ele relata a participação em uma que teve em Franco da Rocha.

*Figueira: Estava em Morato lá, e saíram distribuindo uns papelzinhos, Rosa que estava explicando*

*Rosa: Frente de massa*

*Figueira: MST, reforma agrária, já marcava reunião, em Franco da Rocha, fazia reunião em Baltazar, Baltazar Fidel; conhece lá? Parada de trem, o trem para lá, chamam paradinha, a reunião era lá que faziam, lá encostada na igreja católica, o padre lá (risos) estava meio por dentro da reforma agrária, fazia reunião lá, assembleia. (Figueira)*

Neste momento ele também relata a participação do Padre, ou seja, desde o começo a CPT estava envolvida com o trabalho de base conforme já colocado, a Igreja neste momento tem um papel fundamental.

O momento inicial da ocupação é também o momento de maior contradição dentro da luta por terra, pois, naquele momento é onde os sujeitos precisam criar coesão na luta, unir para reivindicar a terra no seu valor de uso, e também garantir a reprodução das pessoas enquanto acampados. Figueira coloca algumas dificuldades:

*No começo tinha doação né?! Começo de acampamento o pessoa saía para colher doação, as vezes o INCRA dava cesta básica, mas tinha que buscar, no começo não foi fácil não, “tipo”, muitas famílias desistiram, o povo perdiam a esperança porque as dificuldades são muitas; fácil não é não, não tem água, não tem esgoto, não tem nada, você tem que improvisar tudo, para quem não tem criança, nem nada, já é difícil, imagina para quem tem, difícil não é fácil não. (Pinheiro)*

Estas barreiras colocadas pelas dificuldades iniciais contraditoriamente criam uma coesão entre os acampados e transformam o acampamento muitas vezes em um lugar transitório, pois, muitos ali acampados ou desistem ou partem para outras ocupações, enquanto outro grupo permanece e cria o grupo que vai ficar assentado:

*Naquela época era mais ruim, debaixo daquela lona preta, tempo de muita chuva era ruim, muito sol também era ruim, tudo era ruim (risos), agora melhorou um pouco, mesmo com este barraco de telha (risos), melhorou mais (risos). (Figueira)*

Outro elemento fundamental é o acampamento enquanto resistência que busca recriação do campesinato, neste sentido a luta busca denunciar a distribuição desigual de terras, e reivindicar uma redistribuição das terras através do acesso ao trabalhador sem terra a terra, possibilitando a recriação do campesinato.

O caráter de resistência colocado por Roseira é fundamental, pois ela vê na produção, no trabalho, no assentamento por conta, na construção da casa, mesmo ela reconhecendo como acampamento, uma forma de resistência e de denunciar a necessidade de um reforma agrária camponesa.

O fato de trabalhar fora está claro na fala dela que é para se reproduzir enquanto acampado, ou seja, muitos fazem bicos fora para ter uma vida melhor dentro do assentamento Irmã Alberta, podendo assim garantir sua reprodução enquanto camponês, conforme relato.

*Continua, estamos acampados, muito quando você vê aqui poucos lotes estruturados, é por causa disto, pode ser amanhã o despejo, estamos sempre com esta história na cabeça, e aí para nós, nós tiramos um pouco isto da cabeça, estamos há 10 anos, vamos fazer 11 o ano que vem, e tivemos que tirar um pouco isto da cabeça. Se forem pegar nós e tirar vão tirar com muita produção, com muito trabalho, com os lotes organizados, e com os nossas casas prontas, se eles vão tirar então; é muito difícil você iniciar morar em lona preta, existir isso, muito difícil dormir em lona preta, de dia você não consegue entrar, a noite você não consegue dormir direito, por que é muito gelado, foi bem complicado as épocas que eu morei, morei 4 anos debaixo de lona, depois deste 6 anos estamos construindo uma coisa melhor, de conforto para nosso corpo, “i” aí, é esta incerteza, dizer que é um acampado é saber que a qualquer momento você pode ser despejado. Aqui no Irmã Alberta é bom este negócio de você está, você mora próximo da cidade, você pode fazer um bico fora, então a vida de acampado melhora um pouquinho por causa dos bicos, que faz fora,(pausa) então viver no Irmã Alberta é ruim e não é, por causa, por estar próximo da cidade, na zona oeste principalmente por ter muito trabalho em volta, então pra mim é isto. (Roseira)*

No dia do segundo campo, presenciei no lote um mutirão de construção de uma casa, pois, nestes 10 anos, quase 11 de Irmã Alberta, a família ainda vivia em casa feita de madeira, demonstrando esta resistência e sua esperança na luta pela terra no assentamento.



Fernando Freitas de Almeida/2012.

Foto 6: Construindo a casa em um lote em sistema de mutirão

A ausência de políticas públicas do Estado é evidente. Rosa relata que depois que os acampados resolveram dividir os lotes por conta e se organizar enquanto Assentamento houve um total abandono do INCRA. Temos claro que o fato dos acampados se organizarem enquanto assentamento, não permite ao INCRA se retirar da política de assistência, pois para acesso de alguns benefícios como créditos, políticas de reforma agrária os mesmos são vistos como ocupação, porém na hora de prestar assistência o INCRA entende eles como assentados, conforme relato de Rosa:

*Os primeiros 7 anos nós recebemos cestas básicas e doação, de roupa, brinquedo para as crianças, isto foi constantemente, de lona, pois, sempre que vinha uma tempestade rasgava a lona e nós ficava sem. Mas a partir de 2006 quando nós falamos que íamos ser um assentamento por conta própria, daí nós começamos ter uma produção mais intensiva no lote, começou o incentivo para as famílias ter uma*

*certa autonomia, de não depender mais disso, depois de 2 anos em 2008 ou 2009 parou a cestas básicas, e todo mundo teve que se virar por conta, e nós no trabalho de militância recebíamos uma ajuda de custo, a principio 100 reais por mês, depois foi para 300 reais; mas também no ano passado não conseguiram manter esta ajuda de custo até o fim do ano, esse ano eles liberam os militantes para trabalharem fora, porque o movimento não tinha mais condição de manter esta ajuda de custo, de 300 reais, e do transporte, do transporte para fazer a atividade do movimento era custeada pelo próprio movimento, este ano não tem mais isto, pra todo mundo, só algumas atividades específica conseguimos manter. (Rosa)*

Ao analisarmos a fala de Rosa, tem-se um abandono da política de reforma agrária e o descaso de anos, fruto de uma reforma agrária que não se realiza e de uma Contra-Reforma Agrária que privilegia os grandes produtores em detrimento dos camponeses que são responsáveis pela maioria dos alimentos consumidos diariamente pela cidade.

## 7. Assentamento Irmã Alberta e sua organização

O Assentamento Irmã Alberta, identificado pelo MST como Comuna da Terra, recebe este nome devido à militância da Irmã Alberta, que fez parte de todo o processo de acampamento e se dedica integralmente à luta do MST, principalmente na Grande São Paulo.

A Comuna da Terra conta atualmente com 40 famílias em 120 hectares. As terras produtivas são divididas entre os assentados em lotes de 1,5 hectares, onde meio hectare ficaria para produção individual, e um hectare para produção coletiva, criando assim, condições para que o assentamento se mantenha na sua subsistência, conforme Mapa 2.

Cabe observar que a família tem o direito de produzir conforme suas escolhas em sua parte individual. Para o cultivo coletivo, os assentados são orientados para o trabalho sob a prática da agroecologia, ou seja, neste modelo de assentamento, a produção de monoculturas não pode existir de maneira alguma, garantindo uma plantação de produtos saudáveis, livre do uso de agrotóxicos.

Porém, conforme observado em trabalho de campo e com diálogos em entrevistas, pelo fato de assentamento ainda não ser reconhecido pelo INCRA, a incerteza e a falta de políticas de financiamento não possibilitaram este tipo de produção coletiva ainda, mas há significativa produção individual.

A organização espacial do assentamento Irmã Alberta, foi definida pelos assentados junto aos dirigentes do MST, a partir de quatro núcleos familiares. Sendo assim, há uma maior cooperação de uma família com a outra, além de possibilitar facilidades na melhoria da infra-estrutura (água, luz, telefone, etc...) de todos, podendo ainda com esta distribuição, ocupar toda a área disponível, permitindo uma maior segurança no assentamento.

Dentro desta organização é definido um coordenador e uma coordenadora por núcleo, respeitando a igualdade de gênero, onde os mesmos fazem reuniões periódicas, e cada coordenador passa a informação para seu núcleo conforme a necessidade e urgência.

*Com a reunião de coordenação, cada núcleo tem um coordenador e uma coordenadora, aqui tem um coordenador, e eles conversam o que vai acontecer, o que está acontecendo, a situação na reunião de núcleo, através da reunião de núcleo a gente sabe, o que está se passando. (Roseira)*



Mapa 2: Mapa da Comuna da Terra Irmã Alberta.

Fonte: FAU – Faculdade de Arquitetura da USP. 2007. Disponível: Monografia de Rosângela Santos, 2010.

Além destes aspectos no âmbito da organização, existem algumas características do Assentamento que se configura de fundamental importância, como a própria relação de cooperação, que não se coaduna com a cooperativa dos moldes capitalistas, mas sim, a própria cooperação camponesa.

Existe também no Assentamento Irmã Alberta, atividades coletivas, organizadas em grupos de trabalho, no qual a Roseira considera fundamental para criar consciência dentro da Comuna:

*Alguns dizem que a consciência retrai se você não faz trabalho, se você não está na luta, e se nós deixarmos a comunidade parada, o povo vai retrair; não vai ser diferente o Irmã Alberta de qualquer bairro, ou qualquer favela, mas se nós fizermos trabalho, acredito que vai avançar, temos tudo para avançar, temos os pedagogos, temos mestre, temos criança, temos uma juventude bonita, se a gente fizer trabalho com a unidos, temos ferramentas também, temos a unidos da lona preta, tem o setor de cultura, esporte e juventude, então tudo isto é ferramentas para gente acionar, se nós acionarmos vai funcionar, se não acionarmos, por enquanto está meio assim... uma coisa que permanece é a cada trabalho, eu vejo que meu trabalho que eu fiz aqui, e este próximo de especialização eu estou fazendo, é trabalhos que vão pelo menos deixar a memória do Irmã Alberta, que não vai ser uma coisa morta e esquecida, para o mundo, então eu agradeço de você está fazendo este trabalho. (Roseira)*

O Setor de Saúde, ou farmácia como é chamado pelos assentados, fica com tarefas como a de guardar os remédios doados, organizar as visitas de médicos, e manipular remédios caseiros.

O Setor de Educação funciona em um barracão que, primeiramente foi construído com bambu e lona amarela. Este Setor desenvolve atividades, sobretudo, com crianças, que ainda não possuem idade para entrar nas escolas municipais. Entre essas atividades, desenvolve-se ali a leitura, que proporciona o primeiro contato com os livros, além de cirandas e outras dinâmicas voltadas para as crianças.



Fernando Freitas de Almeida/2012.

Foto 7: Atividade de aniversário dos Sem Terrinhas no barracão da Educação.

O Setor de Segurança e Disciplina, além de tomar conta da escala da portaria e da ronda noturna, leva para as assembleias, problemas como pessoas que tenham infringido as regras no assentamento, segundo o próprio regulamento interno, como atos que desrespeitem as famílias, brigas entre vizinhos, problema com alcoolismo e outras questões, porém ele só se fez necessário no início do acampamento, quando a insegurança era maior.

Além destes setores existe também o Setor de Estrutura Esporte/Lazer e de Almojarifado.

Outro importante momento de articulação conforme colocado na fala da Roseira é a Unidos da Lona Preta, escola criada pelo Regional Grande São Paulo, que agrega todas as comunas e também outras pessoas de fora.

Os ensaios foram realizados na Comuna Urbana Dom Helder Câmara, em Jandira. Foram realizadas reuniões em cada uma das Comunas para garantir a participação de militantes de todos os espaços. A decisão de centralizar os ensaios no município de Jandira dentro da Comuna Urbana foi tomada pelo coletivo. Essa decisão se deu já no ano de 2006 e vem sendo repensada a cada ano pelo coletivo. Os motivos que levaram a essa decisão foram: o número cada vez maior de participantes da cidade envolvidos nos ensaios, precisando de uma facilidade maior

de locomoção; os instrumentos musicais estragam se locomovidos todo o tempo de um local para o outro; nos dias de chuva, o ensaio precisa acontecer num local fechado para que não se estraguem os instrumentos e para garantir a saúde dos ritmistas etc.

Dessa forma, Jandira se tornou um espaço adequado para o projeto, por ser um local de fácil acesso ao transporte público, além de ter ambiente fechado para a permanência dos instrumentos musicais. (SANTOS, 2011:31)



Fernando Freitas de Almeida/2009

Foto 8: Unidos da Lona preta em atividade política em 2009.

Quando referimos à produção do Assentamento Irmã Alberta há diversos tipos de alimentos, como milho, feijão, mandioca, quiabo, maxixe, frutas, verduras, hortaliças. Também estão sendo realizados testes com a uva, em que foi possível observar algumas videiras e a criação de abelha na parte destinada à preservação ambiental.



Fernando Freitas de Almeida/2012.

Foto 9: Videiras plantadas em área de destinação coletiva

Seu Figueira criado sempre em área rural, mora sozinho, mas vê a terra no seu valor de uso e entende que tem que produzir e enfatizando isto diversas vezes em sua entrevista, o seu lote tem muita produção e ele produz também na área reservada para o uso coletivo:

*Quero sair deste negócio de coordenação, o povo não atende, acha até ruim, principalmente quando fala para limpar os lotes e plantar, (risos) eu sou contra isso ae, nós está aqui é para trabalhar. (Figueira)*



Fernando Freitas de Almeida/2012.  
Foto 10: Abóbora produzida no lote de Figueira.



Fernando Freitas de Almeida/2012.  
Foto 11: Milho sendo produzido na área coletiva por Figueira

Por estar dentro da metrópole, o escoamento de mercadoria é facilitado, porém os assentados não veem isto como única forma de venda, pois, não querem depender diretamente das demandas do mercado. Na entrevista com um dos assentados podemos ver o relato dele ao perguntar para onde ele vende: *“Tem muito de SP que leva para vender lá, tem uma feirinha aqui também, feirinha da Anhangüera”*. (Figueira)

Por isso, constatamos que existem assentados que efetuam vendas diretas de mercadoria como mandioca, leite, frango caipira, milho etc., na maioria das vezes, para pessoas do próprio bairro, garantindo assim a subsistência.

Além destas formas, para escoar a produção (coletiva e individual), o Assentamento entra em contato com os demais assentamentos da Grande São Paulo, tais como o Dom Tomas Balduino e Che Guevara (ambos em Franco da Rocha), e o Dom Pedro Casaldágua (em Cajamar), estabelecendo uma verdadeira rede de comunicação entre os assentamentos.

Esta mesma comunicação existe também quando se faz necessário uma organização para as reivindicações, e demais manifestações, além da organização de eventos políticos e/ou culturais, o que configura na luta camponesa pela reforma agrária e na afirmação da própria noção de classe.

Recentemente, em 2012, houve uma grande manifestação em que nacionalmente foram fechadas dez rodovias em defesa do assentamento Milton Santos, Americana (SP), que estava correndo o risco de sofrer um processo de reintegração de posse, mesmo depois de ter se tornado assentamento há sete anos. Houve a participação do Assentamento Irmã Alberta nesta ação junto aos outros assentamentos do Regional São Paulo, conforme relato de assentado:

*Muitas coisas que a gente acaba fazendo, agora trancou a rodovia por causa do assentamento Milton Santos, isto faz parte da conjuntura nacional de não deixar de lutar, para que a reforma agrária prossiga, pressionar o governo federal e estadual.*  
(Rosa)

Rosa fala também da organização do assentamento com outras instancias do MST, em que os dirigentes vão para reuniões regionais e estaduais, e traz para coordenação quinzenalmente as informações debatidas nestas outras instâncias.

Ela fala também da frequência das reuniões, que no primeiro momento da ocupação, quando o grupo estava ganhando uma coesão, há necessidades de mais reuniões e ao passar do tempo as reuniões permanecem, porém de forma mais espaçada.

*Os dirigentes da reunião que é quinzenal e estão nestas instâncias, regionais, estaduais, eles trazem estas informações para esta reunião que socializada com os coordenadores, acontece periódicas estas reuniões de núcleo, onde ele fala da necessidades, hoje aqui não é como antigamente que tinha reunião semanal, reunião da coordenação era diária, porque precisava de uma formação política, para entender o que é análise de conjuntura, para entender como funciona a sociedade; a gente hoje temos muitos militantes políticos que tem uma formação política muito ampla, né?! (Rosa)*

Outro elemento fundamental, que ela trouxe diz respeito à consciência de classe adquirida pelos assentados, pois, conforme dito na fala, há uma consciência que permite um entendimento amplo das informações que diz respeito à luta, que também foi observado no campo.

*E quando nós trazemos notícias de fora eles entendem muito rápido a informação e sabe o que ele entende na prática, a realidade aonde a gente vive, e a gente não tem mais esta formação constante, mas a gente tem, mas tem também este momento formativo com textos. (Rosa)*

O assentamento estava já se preparando para o 6º Congresso Nacional do MST, mesmo com mais de um ano de antecedência, o que demonstra que a organização do assentamento está diretamente ligada a lutas mais gerais do MST, conseqüentemente dos camponeses, o que confirma também a característica de massa que tomou o Congresso do MST após o terceiro.

*Agora a gente está se preparando para o sexto congresso, que vai ser em Brasília, em 2014, então existem estes textos que a militância, os assentados e os acampados todos leem, quem se interessa, mas tem pessoa que não são militante do movimento, mas mora aqui, porque precisam de terra, tudo, eles não são obrigado a fazer parte do estudo se eles não querem, não existe obrigar alguém ser do movimento, só porque esta no assentamento, ou no acampamento, é do movimento e fazem parte do movimento aqueles que querem, agora da luta todos tem obrigação de participar. (Rosa)*

## 8. Estudo do Meio em Assentamentos Rurais

O Estudo do Meio aparece no Brasil, sobretudo no início do século XX, como diz pesquisa de Pontuschka (2011), com a fundação de importantes escolas anarquistas. Estas tinham como principal objetivo ir contra ao modelo de educação para a elite da época e em defesa de uma educação moderna e para todos.

Estas escolas anarquistas tinham como princípio combater este ensino classista, ou seja, através do ensino proporcionar aos seus alunos uma ideia de igualdade, na qual todos nascemos iguais, porém somos diferenciados conforme o contexto histórico, por isso entendia que não seria o Estado que cumpriria este papel através de suas Escolas.

Neste sentido o estudo do meio aparecia como uma forma dos estudantes relacionarem a realidade com os conteúdos vistos em sala de aula e buscar formas de mudar a realidade e questionar o modelo vigente.

Porém o modelo de educação proposto por incomodar os políticos da época, foi fortemente combatido na década de 1920, fechando as escolas, e assassinando algumas lideranças deste movimento conforme colocado por Pontuschka (2011).

No Brasil retorna mais significativamente o estudo do meio no movimento chamado Escola Nova, ou escolanovismo, nos anos 1960, movimento que pretendia contrapor as ideias tradicionais de ensino e colocar pela primeira vez o aluno como sujeito central.

Esta corrente tem um intuito diferente no estudo do meio que as escolas anarquistas. Se nas anarquistas se estudava o meio com intuito de mudar a sociedade, a Escola Nova tinha como princípio, estudar o meio para entender o mundo urbano e integrado com o mundo.

A limitação era clara desta corrente, pois tem um caráter de entender a realidade a partir da fragmentação tradicional da ciência, ou seja, iam ao estudo do meio com intuito de entender com os conteúdos do ensino tradicional que em geral é fragmentado.

Mesmo com este caráter conservador, este modelo de ensino com campo para compreender a realidade foi combatido pelo governo na ditadura militar, pois, possibilitava ao aluno uma visão crítica e eventualmente de esquerda.

Pontuschka (2011) fala também da necessidade de entender o Estudo do Meio como método, não somente como técnica, pois desta forma a complexidade do que é o Estudo do Meio não é evidenciada:

Pedagogos e professores de disciplinas específicas continuam a conceituar o estudo do meio como técnica ou conjunto de técnicas, no entanto, ele somente atingirá os objetivos de um possível transformação se for utilizado como método, superando

conhecimentos puramente escolares e fragmentados, levando aluno e professor a um compromisso com a sociedade e suas transformações, possibilitando o encontro entre os sujeitos diferentes que crescem individualmente, que podem trocar, ensinar e aprender. (PONTUSCHKA, 2011: 256)

O avanço mais significativo no sentido de pensar o estudo do meio de forma interdisciplinar aconteceu a partir dos anos 1980, sobretudo, pelos movimentos de resistência que trouxeram à tona alguns princípios do estudo de meio anarquista.

Em São Paulo um importante movimento aconteceu em 1992 entre os professores da Secretaria da Educação, na administração da Prefeita Luíza Erundina, em defesa de um estudo do meio onde integrasse os conhecimentos em torno de um mesmo meio. Nesta perspectiva o estudo do meio pontua como método fundamental.

Outro elemento colocado por Pontuschka (2011) é que partindo desta perspectiva todo lugar escolhido revela uma infinidade de situações a serem analisadas:

Em qualquer lugar escolhido para realizar um estudo do meio, há o que ver, há o que refletir em geografia, pois não existem lugares privilegiados, não há lugares pobres. É preciso saber “ver”, saber “dialogar” com a paisagem, detectar os problemas existentes na vida de seus moradores, estabelecer relações entre os fatos verificados e o cotidiano do aluno. (PONTUSCHKA, 2011: 260)

Muitas serão as dúvidas e os questionamentos e é justamente no diálogo com as paisagens e com os moradores, que os alunos construirão seus conhecimentos e suas reflexões mais complexos e sairão do senso comum.

Outro elemento que deve ser trazido à tona é que o meio sempre está se transformando com o passar do tempo, para que o aluno se situe no seu tempo, entendendo o passado e relacionando os conflitos do presente.

O estudo do meio é fundamental, mas o conteúdo deve ser confrontado em sala de aula com outros documentos, mapas, artigos, dados oficiais com intuito de aprofundar algumas questões fundamentais para construção de um conhecimento integrado do aluno.

O campo teórico da geografia agrária é bastante amplo e complexo e vem sendo desenvolvido há muitos anos, trazendo consigo diversas possibilidades de análise do campo. Dentro do mesmo, a temática do assentamento rural, por sua vez, possibilita trabalhar diversos ângulos deste campo teórico, por compreendê-lo como uma das unidades produtivas do campesinato, na qual o mesmo se reproduz.

Neste sentido, o estudo do meio em assentamento rural torna-se fundamental na medida em que se entende que a imagem construída diariamente pela grande mídia, trata o tema da reforma agrária de maneira bastante controversa, fornecendo à população uma visão

prévia e distorcida do que é um assentamento e, sobretudo, um movimento social, pois, conforme Gomes (2002), a sociedade atual privilegia a visão sobre a perspectiva individual, do mercado e do consumidor.

Para tal pesquisa, o estudo do meio é aqui entendido como um método de ensino de caráter interdisciplinar conforme citação abaixo, que possibilita aos estudantes de ensino fundamental e médio um contato com a realidade, possibilitando diversas correlações de conteúdos vistos em sala de aula.

O Estudo do Meio pode ser compreendido como um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar para alunos e professores contato direto com uma determinada realidade, um meio qualquer, rural ou urbano, que se decida estudar. (LOPES; PONTUSCHKA, 2009: p. 174)

Outra questão fundamental é pensar sempre o estudo do meio como um recurso pedagógico, ou seja, o estudo do meio deve estar ligado diretamente ao ensino e não deve ser compreendido como passeio ou apenas uma viagem.

O Estudo do Meio é um método de investigação que favorece o diálogo e as atividades coletivas, mas não é um fim em si mesmo e representa fator de integração das disciplinas. Os objetivos do Estudo do Meio englobam os aspectos de aprofundamento de conteúdos (conceitos e informações das disciplinas envolvidas); a socialização dos alunos; a formação intelectual (observação, comparação e analogias). (BOSCOLO, 2007: 56)

Neste sentido o estudo do meio deve ser entendido como método que possibilita ao estudante um contato sensível com a realidade, que a partir de tal contato permite que o mesmo faça suas abstrações junto à mediação do professor e crie no mesmo uma visão crítica:

Métodos de ensino escolar, ao levar em consideração que o sensível é o primeiro grau de abstração, para penetrar no real e atingir um conjunto cada vez mais amplo de relações, detalhes, elementos, particularidades captadas numa totalidade, têm como base o desenvolvimento do espírito crítico dos educandos. O ritmo de aprendizagem, os conhecimentos disciplinares e do senso comum, variam entre os educandos; desta forma, há a necessidade de diferentes práticas que atinjam diferentes sujeitos na integração dos conhecimentos, no processo de aprendizagem. (BOSCOLO, 2007: 55)

Cabe ressaltar que, quando olhamos o estudo de meio enquanto método tem-se que pensar nas diversas etapas e sequências que antecede o campo, e que procede propriamente a dia a campo.

O Estudo do Meio é considerado um método, em que a observação do meio simples, participante ou sistemática, permite que os educandos participem da investigação da realidade, em um estudo com critérios estabelecidos com rigor e desenvolvam o

pensamento crítico. No método Estudo do Meio, uma seqüência de atividades realizadas, que inclui pesquisas teóricas e trabalho de campo, permite que as sensações e a capacidade de observação sejam aguçadas e consideradas na análise da realidade a ser conhecida, favorecendo, em outra etapa, uma síntese que se aproxima do real e com possíveis correlações mais amplas. (BOSCOLO., 2007:55)

O professor, por sua vez, deve aparecer não como reproduzidor de conhecimento, mas construtor de conhecimento junto à comunidade escolar a partir da realidade sócio-espacial do campo levando em conta a realidade na qual a escola está inserida.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2009, p.29)

Os estudos do meio podem ser realizados nos mais diversos níveis de ensino, porém para cada faixa etária deve-se pensar qual a abordagem mais adequada, sendo o planejamento de fundamental importância.

Neste sentido, o estudo do meio em assentamento, além de trazer elementos fundamentais na reflexão sobre a área de estudo, proporciona ao aluno uma bagagem crítica sobre o meio que o cerca, possibilitando a partir de tal fato uma nova reflexão sobre a complexidade da sociedade num âmbito mais geral.

Cabe ressaltar que a proposta metodológica de campo deve ser estudada de forma a que a sua organização leve o aluno a pensar na práxis coletiva presente nos assentamentos e nos movimentos sociais em geral, de forma que ele não entenda o assentado como figura isolada em seu lote, muito menos o assentamento fora do contexto mais geral.

Um dos elementos fundamentais é o pré-campo, tanto no que diz respeito aos temas abordados, quanto à própria organização dos alunos no preparo ao campo, pois provavelmente serão os elementos abordados em sala de aula que abrirão os olhos do aluno para o desconhecido, no caso, o assentamento.

No que diz respeito aos temas previamente trabalhados, devemos pensar em algo dinâmico e que possibilite não somente ao aluno, mas a toda comunidade escolar uma desmistificação do que é um assentamento rural, ou seja, o uso de fotos, exposição, teatro, presença palestrante e até mesmo assentado, podem trazer à comunidade escolar uma nova dimensão do assentamento.

No que diz respeito aos conteúdos propriamente ditos, alguns temas são essenciais e podem ser abordados pelo professor: a estrutura fundiária desigual brasileira, o assentamento

como fruto da luta camponesa, a relação de trabalho camponesa, além dos problemas relacionados ao suporte técnico do Estado, pois serão estes temas que darão ao aluno a dimensão do contexto inserido do qual o assentamento faz parte.

Outro elemento fundamental quando pensamos em um estudo do meio de tamanha dimensão é o projeto bem definido, pois sabemos que a resistência da comunidade escolar pode ser bem grande quando falamos de movimentos sociais, sobretudo o MST, que diariamente sofre ataques das grandes mídias.

Para trazer ao aluno a dimensão da práxis camponesa podemos usar a metodologia de distribuição de tarefa entre os alunos conforme colocado por Gomes (2002), possibilita aos alunos vivenciar um elemento fundamental para entender o campesinato, a moral camponesa, a solidariedade presente entre os camponeses diferente da individualidade muitas vezes presente na vida dos alunos no contexto urbano.

Torna-se fundamental explorar as diferentes dimensões do ensino, pois na sala de aula a dimensão prática cria em cada aluno uma perspectiva diferenciada, sendo que alguns sairão com uma visão mais crítica e outros não.

A partir destes princípios é fundamental pensar uma proposta de campo para os Assentamentos rurais; para tal tomaremos como base teórica experiências bem sucedidas, como foi a da Gomes (2002), e as entrevistas realizadas pela pesquisa no Irmã Alberta sabendo também que existe uma infinidade de metodologias.

Nesta proposta devemos lembrar que tudo irá iniciar em sala de aula, onde temos que deixar claro aos alunos alguns elementos fundamentais: a diferença entre assentamento e acampamento, quais são as dificuldades de um acampamento, por que existem ocupações, falar de assuntos como a estrutura fundiária desigual brasileira.

O contato inicial e prévio com as famílias camponesas no assentamento é fundamental, preferencialmente, com o maior número de professores envolvidos. Para que seja refletida a melhor forma de organização do Estudo.

Buscar entender o momento histórico que vive o assentamento é fundamental, pois nem sempre o melhor momento para fazer o estudo do meio é aquele, portanto este contato inicial entre escola e assentamento deve ocorrer da melhor forma.

Quando se refere ao assentamento Irmã Alberta tanto o primeiro e sobretudo o segundo contato desta pesquisa através de campos, demonstrou, sobretudo através das lideranças, que o assentamento e o MST está aberto a atividades do gênero, conforme relato de uma assentada e militante do MST:

*Eu (pausa), acho que a dinâmica do movimento a partir de 1996, quando teve o massacre dos Carajás, ela se modificou, até então o movimento era muito fechado para si mesmo, ele teve eu se abrir para sociedade poder conhecer, porque a única versão que a sociedade tinha era a versão da mídia, que era um bando de baderneiro, que ficavam invadindo terra, que só queriam fazer bagunça, daí, pra mim isto é uma necessidade do movimento mostrar o trabalho que é feito dentro dos assentamentos, o trabalho de humanização deste trabalhadores que vem para dentro do assentamento, o trabalho coletivo, nem tudo que acontece nos assentamentos é perfeito, mas também não é o que a mídia coloca, as pessoas vem com uma condição de vida muito inferior pro acampamento, e quando se tornam assentadas a condição de vida se tornam bem diferente, e quando estes jovens vem, colocam o pé aqui e conhece realidade aqui eles também se humanizam, por eles podem olhar, e eles não veem numero, eles não veem noticias forjadas pela mídia, ele veem o seres humanos que aqui estão morando, eles veem a produção que está tendo no assentamento, eles voltam com outra opinião para a famílias deles e para a sociedade, eles fazem parte a sociedade, e pra mim é muito importante este contato. (Rosa)*

Conforme relatado pela entrevistada a dinâmica geral do movimento (MST) modificou-se, ou seja, a possibilidade de estudo de meio surge como algo real, e traz ao professor esta possibilidade. O fato do Assentamento se posicionar disposto a receber este tipo de atividades é um elemento fundamental na realização do mesmo.

Roseira também fala que está sempre aberta a pessoas que pretende ir estudar, pois, entende que um movimento fechado em si mesmo é risco, falando do MST.

*Nós lutamos, e abrimos o coração para que estas visitas sejam de luta, seja para compreender a luta e contribuir com nós na luta, então é por isto que nós aceita e recebe as visitas, tanto nós não podemos ser um grupo fechado, porque é um risco e nós entendemos que a história já nos mostrou isto, que grupo fechados eles querem destruir o grupo, então nós se abrimos, se abrimos desta forma, a gente atende as pessoas e mostra nossa realidade, as vezes saem coisas deturpadas, das entrevistas que a gente faz, não é todo mundo que a gente conta tudo, mas a gente acredita que hoje dia a universidade está voltada para o social, as universidades estão querendo conhecer, esta realidade então, para o povo que estuda a gente mostra, convive com eles, para eles vê a situação, conviver aqui, nós só não mostramos para globo, porque a gente proíbe a globo aqui, já expulsamos ela da nossa marcha. (Roseira)*

Outro elemento que pode trazer aos alunos uma perspectiva interessante é trabalhar em sala de aula um questionário a ser aplicado, pode ser fundamental, pois quem deve contar a história é o assentado e o aluno aparece também como pesquisador sujeito da construção do seu conhecimento.

Por fim, o estudo de meio é fundamental quando o processo de aprendizagem dos alunos, como instrumento que possibilita ao estudante ter uma visão crítica a respeito das desigualdades presentes no campo Brasileiro.

## 9. Considerações finais

Ao aprofundarmos no tema no que diz respeito à reforma agrária temos claro que o que aconteceu no Brasil foi uma não reforma agrária, sendo que nos últimos anos, a uma clara Contra Reforma Agrária que influencia diretamente a vida do camponês.

O Assentamento Irmã Alberta pontua como fruto de uma reforma agrária que não se realiza; há onze anos na luta, o mesmo não é reconhecido enquanto tal, e com certeza está inserido neste contexto mais amplo de Contra Reforma Agrária.

Mesmo com a evidente criminalização dos movimentos sociais, a ocupação ainda é a forma mais legítima que os camponeses sem terra têm de reivindicar terras com intuito de defender a criação, recriação e reprodução enquanto classe camponesa.

Apesar da evidente diminuição de ocupações realizadas pelo MST, tendo como hipóteses diversos fatores tais como, a própria criminalização dos movimentos sociais, o avanço de uma ínfima política social, além da proximidade de algumas lideranças com o governo do PT que foi por muito tempo aliado do movimento, temos o MST ainda como o principal movimento camponês que se utiliza de ocupação de terra como forma de denunciar a profunda desigualdade na distribuição de terras no Brasil.

Cabe ressaltar que os assentados diante de tal contexto muitos assentados veem como opção conseguir trabalhos informais fora do assentamento, pois o suporte ínfimo do Estado às pessoas que estão lá, não garante a reprodução dos mesmos.

Neste sentido a proximidade com a metrópole aparece como elemento contraditório dentro do atual contexto, pois garante por um lado a reprodução dos mesmos, pois com o trabalho feito fora ele se reproduz enquanto assentado garantindo assim uma resistência, porém traz aos assentados outras possibilidades de reprodução que não a enquanto camponês, que pode fazer com que o assentado veja o lote apenas como lugar para dormir.

Entretanto há no assentamento e isto foi percebido nas mais diversas falas, uma consciência de classe camponesa fundamental no qual os mesmos em solidariedade com outros assentamentos e camponeses do Brasil inteiro, vê a necessidade de lutar.

Devemos também enquanto educadores aproveitar este atual momento onde os movimentos camponeses estão mais abertos a diálogos, criar novas possibilidades de estudo do meio, trabalho de campo, desenvolver pesquisas, ou seja, estamos em um momento extremamente favorável para realizar estes tipos de contato.

Ao questionar sobre o futuro do assentamento e qual era a perspectiva dos assentados para os próximos anos, apesar da evidente preocupação, há sempre na fala algo que aponta para um futuro e novas possibilidades.

A fala de Pinheiro toma dois sentidos o primeiro de ver a terra como um lugar para produzir, ou seja, não apenas como uma propriedade privada e outra no sentido de entender que o INCRA precisa assenta-los, questionando o assim o papel do Estado.

Ao questionar sobre o futuro do assentamento, a Rosa, demonstra uma clara preocupação fruto de diversas repressões sofridas pela classe camponesa e trabalhadora nos últimos anos. Como a entrevista foi feita poucos meses após a reintegração do Pinheirinho, Rosa falou com grande insegurança sobre o futuro do assentamento:

*Como eu vejo o futuro (pausa), poxa, (pausa), estou de um lado pessimista de visão, acho que a gente organiza na vida economicamente, como aqui é um acampamento a tantos anos e tem esta incerteza, de ser despejado que nem o Pinheirinho, é uma vida em cima do muro sempre, de quem mora aqui tanto o adulto, quanto o jovem, de não saber o quanto pode investir aqui, ou não investir a ponto de perder tudo, e ter que ir para outro lugar, eu vejo assim tem pouco jovem aqui, e vejo que não tem interesse político para virar um assentamento, e isto me preocupa, mas apesar desse pessimismo, hoje em dia a juventude que está na comuna, ela é diferente de uma juventude que está em uma favela, daqui está na periferia de SP, é uma juventude que tem acesso a uma universidade, coisa que outros jovens só tem se a família lutar muito, né?!, se quiserem dar continuidade aos estudos eles tem incentivo aqui dentro mesmo, vejo que é uma juventude que tem mais oportunidade que outro jovens. (Rosa)*

Por fim, a fala de Roseira traz consigo uma fala de quem já lutou e ainda acredita na luta camponesa, a esperança na juventude que estuda, no seu trabalho realizado, na continuação da luta, de um entendimento que a história é cíclica, encerrando com um sincero agradecimento a pesquisa, que com certeza não se colocou enquanto neutra, mas sim em defesa dos camponeses, dos sem terras e de toda a classe oprimida.

*Se nós continuarmos, se a gente continuar mais uns anos aqui, acredito que..., a gente tem jovem em Cuba fazendo medicina, tem varias pessoas que se formaram, em pedagogia, como você já sabe, já tem doutores, duas mestres aqui, que é a Rosana e a Paula, fazendo mestrado, acho que se assinarem a terra, isto vai ser uma grande escola para classe trabalhadora, é por isso que o capitalismo não assina, se assinar a terra, esta terra é um grande conquista para classe trabalhadora, agora se não assinar, o jovem ficarão ai na deriva, acredito que nós já fizemos com a família, o trabalho de base já esta feito, que o estudo é muito importante, tem que investir nas crianças, nos filhos, ai tem que fazer trabalho hoje, tem que a comunidade, aquela questão do "mariazas", e antes dele mesmo, alguns dizem que a consciência retrai se você não faz trabalho, se você não está na luta, e se nós deixarmos a comunidade parada, o povo vai retrair, não vai ser diferente o Irmã Alberta de qualquer bairro, ou qualquer favela, mas se nós fizermos trabalho, acredito que vai avançar, temos tudo para avançar, temos os pedagogos, temos mestre, temos criança, temos uma juventude bonita, se a gente fizer trabalho com a*

*unidos, temos ferramentas também, temos a unidos da lona preta, tem o setor de cultura, esporte e juventude, então tudo isto é ferramentas para gente acionar, se nós acionarmos vai funcionar, se não acionarmos, por enquanto está meio assim.. uma coisa que permanece é a cada trabalho, eu vejo que meu trabalho que eu fiz aqui, e este próximo de especialização eu estou fazendo, é trabalhos que vão pelo menos deixar a memória do Irmã Alberta, que não vai ser uma coisa morta e esquecida, para o mundo, então eu agradeço de você está fazendo este trabalho (Roseira)*

## Referências bibliográficas

- BOGO, A. **Arquitetos de Sonhos**. 1º Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- BOMBARDI, L. M. et al. Desafios da produção agrícola camponesa nos assentamentos de reforma agrária: Assentamento Milton Santos – Americana/SP In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 26. São Paulo, 2009. (p. 135-147).
- BOMBARDI, L. M. **O bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. 1º ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, nº 14. São Paulo, 2003. (p. 107-117).
- BOSCOLO, D. **Projetos de estudos do meio em escolas públicas em Santana de Parnaíba-SP**. DG/FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.
- BRASIL. Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009. **Diário oficial da União** - seção 1 - 10 de fevereiro de 2009, pag 1.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3º Edição São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- DUARTE, A. R. G. **Cajamar/Acampamento Irmã Alberta**. São Paulo, 2004 (mimeo).
- FELICIANO, C. A. **Terra em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2009. Tese de Doutorado.
- FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2003. Dissertação de Mestrado.
- FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINOAMERICANOS**, 23., 2001, Washington. DC, 2001.
- FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST 1979-1999. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1999. Tese de Doutorado.
- FERNANDES, B. M. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Ed.Hucitec, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 39º São

Paulo: Ed. Paz e Terra, 2009.

GOLDFARB, Y. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios.** São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

GOMES, S. C. Estudando os Movimentos Sociais: Uma experiência de Estudo do Meio no MST. PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.) **Geografia em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2002.

GRAZIANO da Silva, J. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo horizonte: 43-81, 1997.

LOPES, Claudivan Sanches; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do meio: teoria e prática. **In: Geografia (Londrina)**, v. 18, n. 2, 2009. p. 173-191. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>. Acesso em: 04dez2012.

LUZ, F. C. et al. Os novos caminhos na luta pela reforma agrária: o caso da comuna da terra Irmã Alberta. In: **Anais do 19º ENGA.** São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2009.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** 9 º Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MATHEUS, Delwek. **Uma outra concepção de assentamento de Reforma Agrária: A Comuna da Terra.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Parceria: Faculdade de Serviço Social/ UFJF / MST (Escola Nacional Florestan Fernandes) – Juiz de Fora, MG, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Costa, Sandra Helena Gonçalves. O ESTUDO DAS QUESTÕES RURALISTAS NA GEOGRAFIA BRASILEIRA. **In: Revista Geográfica de América Central.** Número Especial EGAL. Costa Rica, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2410> Acesso em: 04dez2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo.** 6º ed. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária - **Estudos Avançados.** Vol.15 nº.43. São Paulo Set./Dec. 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios: 68).

PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se... em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, J. W. (Org.). O ensino de

Geografia no século XXI. Campinas,SP: Papirus, 2011. pg 249-288.

SANTOS, Rosângela. **Comuna e trabalho: um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da comuna da terra irmã alberta.** Belo Horizonte: UFMG. 2010. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso.

SANTOS, Rosana. **A formação humana dos militantes do MST através da escola de samba Unidos da Lona Preta.** Brasília: Licenciado em Educação do Campo - UNB. 2011. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso.

STEDILE, J. P. FERNANDES, B. M. **Brava Gente:** a Trajetória do MST e a Luta Pela Terra no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo: 2012.

STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil:** A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, J. P. (Org). **A Questão Agrária no Brasil:** Programas de Reforma Agrária 1946-2003. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WOORTMANN, K. - Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87** Ed. Univ. Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.